

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virginia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Taborda Duarte Martins Carvalho, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça,

Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Margarida Afonso, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, José Roque Alexandre, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Ruben Sanca, Nádria Alves Ribeiro Teixeira e Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo e Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique Ruben Sanca.-----

----- João Maria Corrêa Monteiro Macieira Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádia Teixeira.-----

----- Raul Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Freitas.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro Costa, Carlos Moura e Nuno Rocha.-----

----- Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares.-----

----- Temos quórum. Temos apenas aqui um ponto nesta 1ª parte da Ordem de Trabalhos, mas eu tenho bastantes explicações que preciso vos dar. Preciso que estejam todos nos vossos lugares e atentos para tomarem a devida nota aos trabalhos que ainda vamos ter que fazer.-----

----- Pedia, portanto, que assumissem os vossos lugares.-----

----- Boa tarde a todas e a todos dizem-me que há quórum e, portanto, vou assumir que assim é, embora veja aqui muitas clareiras na sala. Vamos dar início à nossa sessão.-----

----- Informar, já devia ter dado esta informação na semana passada, mas não me ocorreu. Informar, isto é obrigatório por lei, que o Senhor Presidente da Câmara me deu a informação, já na semana anterior, antes da reunião anterior, que em cumprimento do estabelecido no artigo 3º número um do Estatuto dos Eleitos Locais informa que, a partir do dia 12 de dezembro, portanto hoje, iniciará a participação no programa de análise e comentário político na estação televisiva TVI. Esta comunicação é obrigatória, porque isto é uma acumulação de funções e tem que ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

----- Senhores Deputados nós hoje temos para apreciar uma Proposta relativa à composição das Comissões Permanentes, nós levámos algum tempo, em sede de Conferência de Representantes, para finalizar esta Proposta. Eu quero agradecer a todos os representantes, toda a gente se deu um bocadinho para conseguirmos chegar a uma composição equilibrada, porque o nosso Regimento admite que cada Deputado pode ir até 3 Comissões por Deputado e isso daria, com os vários equilíbrios, iria dar Comissões muito grandes e, portanto, quero agradecer, mas, na verdade, o trabalho atrasou um pouco e só hoje é que estamos em condições de aprovar a composição das Comissões.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 006/PAM/2017 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA**

C) DO Nº 1 DO ARTIGO 26º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NOS TERMOS REGIMENTAIS CORRESPONDENTES (ARTIGOS 74º E 77º DO REGIMENTO); GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; -----

----- (A **Proposta nº 6/PAM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Eu quero informar os Senhores Deputados, e voltarei a dar esta informação mais daqui a bocado, como a composição das Comissões ainda não foi aprovada pelo plenário e tem que ser, não estão convocadas a reunião para a posse das Comissões que eu vou, logo a seguir à votação, farei daqui uma convocação oral e depois pedirei aos serviços para convocarem todos os Senhores Deputados para a posse. Não posso pedir a convocação da posse sem termos deliberado, qual é a composição das Comissões, razão pela qual a convocatória ainda não pôde seguir. -----

----- Eu estive a fazer aqui um trabalho de recolha de informação que eu julgo que é útil para os Senhores Deputados antes de apreciarmos, e para a vossa consideração, a composição das Comissões Permanentes. Há uma informação que eu queria dar a todos os Senhores Deputados, ela depois será distribuída e colocada no site e distribuído por todos os Senhores Deputados e os Senhores Representantes, mas que, no fundo, é uma informação bastante útil sobre qual é o trabalho de cada uma das Comissões. Estou à espera que me consigam por isto operacional ali. -----

----- O que se trata, Senhores Deputados é de vos dar conhecimento do âmbito, quais são os Vereadores, quais são os Concelhos, as Empresas Municipais e outras entidades com que esses Vereadores têm que lidar, porque o papel das Comissões não é só dar Parecer sobre as Propostas da Câmara e também fiscalizar e monitorizar o trabalho dos Vereadores dos pelouros correspondentes. Como a distribuição de pelouros não coincide com a nossa divisão de Comissões é um pouco difícil fazer esta equivalência, que eu passo agora a apresentar para conhecimento de todos. -----

----- Na 1ª Comissão, o âmbito da Comissão definido por esta Assembleia Municipal é Finanças, Recursos Humanos, Descentralização e Património.-----

----- Os Vereadores com que esta Comissão tem que lidar é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que tem os pelouros das Finanças, Recursos Humanos e também dos Protocolos de Delegação de Competências e o Senhor Vereador Manuel Salgado que tem o pelouro da Gestão Patrimonial.-----

----- Esta 1ª Comissão Permanente não tem que acompanhar nenhum Conselho Municipal nenhuma Empresa Municipal, embora tenha depois que apreciar todas em termos gerais nas contas da Câmara. A outra entidade que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tutela é os Serviços Sociais da Câmara e que foi colocado aqui no âmbito, neste universo da 1ª Comissão, uma vez que se trata de uma entidade que presta serviços aos funcionários da Câmara, portanto, no âmbito dos Recursos Humanos. -----

----- A indicação que tenho de Presidentes e Secretários para esta Comissão foram distribuídos segundo o método de Hondt e por indicação dos respetivos partidos,

portanto, a Presidente da 1ª Comissão é a Senhora Deputada Irene Lopes. O Secretário da 1ª Comissão, Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves. Os Presidentes e Secretários das comissões não têm que ser eleitos e Comissão, portanto, basta a indigitação para ficarem com essa responsabilidade logo que a Comissão tome posse. -

----- Vamos passar agora à 2ª Comissão, eu julgo que é importante termos conhecimento disto, não só os Senhores Deputados, mas também a Comunicação Social, para percebermos o universo global que cada Comissão tem que apreciar, não é só as Propostas da Câmara, é bastante mais do que isso. -----

----- Vamos passar agora a 2ª Comissão, portanto, âmbito definido aqui na Assembleia Municipal é o Turismo, a Economia e Empreendedorismo e Inovação e Modernização Administrativa e também as Relações Externas.-----

---- Esta Comissão tem que lidar com 3 Vereadores, aliás, o Presidente e 2 Vereadores. Em matéria de turismo, o Presidente não delegou a competência e o Presidente além de ter a responsabilidade da área do turismo é também Presidente da Associação de Turismo de Lisboa. Matéria que sempre tem preocupado esta Assembleia, portanto, é importante perceber que será à 2ª Comissão que caberá acompanhar estas competências e estas atividades.-----

----- Quanto ao âmbito da e Economia e Empreendedorismo e Inovação e Modernização Administrativa, o Vereador é o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, ele tem uma tutela sobre todos Conselhos Municipais, mas já veremos depois um a um, Conselho Municipal a Conselho Municipal, quais são os Vereadores que respondem e as outras entidades que o Senhor Vereador Duarte Cordeiro acompanha é a *Statup* Lisboa e o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.-----

----- Finalmente, Relações Externas, esta Comissão terá que lidar com o Vereador João Paulo Saraiva. Chamo à atenção que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tem a responsabilidade da equipa da Missão 2020, que acompanha os financiamentos de Portugal 2020 e, nomeadamente, também o empréstimo BEI do plano Juncker. Portanto, são os grandes financiamentos externos da Câmara de Lisboa e, naturalmente, outras relações externas que haja ver-se-á, mas estas são as que têm mais impacto a nível do orçamento da Câmara.-----

----- Na 3ª Comissão Permanente, temos um conjunto no âmbito do Urbanismo, Reabilitação Urbana, Planeamento Estratégico, Acompanhamento do PDM e Obras Municipais todas estas matérias são pelouros do Vereador Manuel Salgado. O Espaço Público e as Unidades de Intervenção Territorial têm competências divididas entre o Vereador Manuel Salgado e o Vereador Duarte Cordeiro. O Vereador Duarte Cordeiro tem as pequenas obras de proximidade e o Vereador Manuel Salgado as restantes matérias de Espaço Público, portanto, aqui terá que fazer o acompanhamento de ambos e a Empresa Municipal nesta área é a Lisboa Ocidental SRU, que tem a tutela desta empresa é do Vereador Manuel Salgado. -----

----- Vamos passar agora a 4ª Comissão Permanente. Tem, e eu peço desculpa, não disse os Presidentes e secretários e também não disse da 2ª.-----

----- Portanto, na 2ª Comissão Permanente, o Presidente é o Senhor Deputado Pedro Cegonho, o Secretário é o Senhor Deputado Rui Costa. -----

----- Na 3ª Comissão Permanente o Senhor Deputado Miguel Gama é o Presidente e, o Senhor Deputado Diogo Moura é o Secretário. -----

----- Na 4ª Comissão Permanente, a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva é a Presidente e a Senhora Deputada Natalina Moura, será a Secretária. -----

----- Nesta 4ª Comissão, o âmbito é Ambiente, Estrutura Verde e Energia, Qualidade de Vida, Serviços Urbanos e Casas dos Animais. O Vereador José Sá Fernandes tem as responsabilidades nas primeiras áreas. Nos Serviços Urbanos, nós não temos identificado isso no âmbito da Comissão, mas incluem-se aqui para além da frota, gestão toda da frota municipal, muito importante, de Serviços de Higiene Urbana e que são da responsabilidade do Vereador Duarte Cordeiro, assim como a Casa Dos Animais. As restantes são responsabilidade do Vereador Sá Fernandes. -----

----- O Vereador Sá Fernandes, depois, tem a tutela sobre a Empresa Lisboa E-nova e sobre as Águas do Tejo Atlântico, Sociedade Anónima. O Senhor Vereador Duarte Cordeiro tem responsabilidades sobre a Valorsul. -----

----- Chamo a atenção para estas outras entidades, a que a Câmara está ligada e na qual participa porque, muitas vezes, esta Assembleia não tem acompanhado tão de perto essas outras entidades é importante que os Senhores Deputados saibam, se quiserem pedir explicações, informações, a que Vereador é que deverão dirigir-se. -----

----- Quanto à 5ª da Comissão Permanente, tem como âmbito a Habitação e Desenvolvimento Local, a Renda Acessível, os Bairros BIP ZIP e os Bairros Municipais, aqui é mais simples, é apenas uma Vereadora, neste caso, a Vereadora Paula Marques. -----

----- O Conselho Municipal é o Conselho Municipal de Habitação e a Empresa Municipal Gebalis. -----

----- O Presidente é o Senhor Deputado Miguel Coelho e o Secretário é o Senhor Deputado Silvino Correia. -----

----- Na 6ª Comissão Permanente aqui temos, não tive espaço para colocar Presidente e Secretário, mas informo desde já: o Presidente é o Senhor Deputado Davide Amaro e a Secretária é a Senhora Deputada Ana Mateus. -----

----- Temos aqui um conjunto grande de âmbito, é a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania, o âmbito é a Intervenção Social, o Plano de Desenvolvimento Social, a Saúde, a Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, Combate à Pobreza e Migrações. Todas estas matérias são da responsabilidade do Vereador Ricardo Robles. -----

----- O Vereador Ricardo Robles tem, depois, presença num conjunto muito grande de entidades externas à Câmara e, portanto, é importante também terem essa noção. -----

----- Participa e preside ao Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Conselho Municipal para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, Conselho Municipal para Interculturalidade e Cidadania, que é o Conselho Municipal que lida também com a situação dos Migrantes, é neste Conselho que essas questões são discutidas. E além disso, ainda tem a responsabilidade de participar na

Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, nos Conselhos da Comunidade dos Agrupamentos dos Centros De Saúde, portanto o Município de Lisboa tem representação em todos os Agrupamentos de Centros de Saúde da cidade, através do Vereador Ricardo Robles e os Conselhos Consultivos dos Centros Hospitalares a mesma coisa. Portanto, 3 centros Hospitalares de Lisboa também têm a representação da Câmara através do Vereador Ricardo Robles. -----

----- Relativamente ainda ao âmbito desta Comissão, o Orçamento Participativo está na responsabilidade do Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Vamos passar agora à 7ª Comissão Permanente. A Senhora Presidente e a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, o Senhor Secretário, José António Borges. -

----- O âmbito é Cultura a Interculturalidade, Educação, Juventude e Desporto, portanto, a cultura é a Vereadora Catarina Vaz Pinto, que tutela a EGEAC e também a Associação Música, Educação e Cultura, a AMEC. -----

----- Na Interculturalidade, Educação e Juventude, são pelouros do Vereador Ricardo Robles, que tem aqui mais 3 Conselhos Municipais, portanto, este Vereador acumula todos os Conselhos Municipais da área dos direitos sociais com mais estes 3, que são o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania que eu há pouco também referi a propósito dos migrantes. Mas ainda mais 2: o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Finalmente, na área do Desporto, o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro tem o pelouro do Desporto. -----

----- A última Comissão que é a 8ª Comissão, o âmbito é Transportes, Mobilidade, Acessibilidade Pedonal, Segurança e Proteção Civil. As primeiras áreas, à exceção da Proteção Civil que estão na responsabilidade do Vereador Miguel Gaspar, que também preside ao Conselho Municipal de Segurança e tutela a Carris e a EMEL. O Senhor Presidente da Câmara reservou-se a competência em matéria de Proteção Civil, portanto, presidência e responsabilidade sobre Proteção Civil. -----

----- O Presidente é o Senhor Deputado António Prôa e a Secretária será a Senhora Deputada Alexandra Mota Torres. -----

----- Esta informação será colocada no *site*, será disponibilizada a todos os Senhores Deputados e aos Senhores Representantes, mas penso que antes de votarmos a composição exata das Comissões e todos os Senhores Deputados que foram indicados para as Comissões podem ficar, assim, com uma ideia de qual é a responsabilidade que têm em mãos, a partir daquilo que vamos pôr à vossa consideração-----

----- Eu ia então pôr à apreciação esta proposta 6/PAM/2017, que já está, enfim, foi discutida em Conferência de Representantes, é do vosso conhecimento, está no *site*. ---

----- Pergunto se algum Senhor Deputado ou Senhora Deputada quer usar da palavra? O Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- A revisão do Regimento já foi ultrapassada na Conferência de Representantes da semana passada dia 5 de dezembro.-----

----- O PS e o PSD colocaram os seus Deputados na base de cada um poder ser efetivo em 3 Comissões, o que está já consagrado nesta proposta que é agora apresentada. -----

----- O grupo de trabalho criado para rever o Regimento ainda não reuniu. Uma das propostas que nós já entregámos para a revisão é de cada Deputado ser efetivo até 2 Comissões, mas o PS, segundo a proposta e o quadro anexo, tem já 10 deputados incluídos na 1ª Comissão, 5 na 2ª, 10 na 3ª, 9 na 4ª, 8 na 5ª, 10 na 6ª, 9 na 7ª, e outros 9 Deputados na 8ª Comissão. -----

----- Isso significa, por exemplo, grosso modo, 800 euros na 1ª Comissão para pagamento em senhas para o PS, pelos 10 deputados, mais 880 euros para todas as outras forças políticas participantes da 1ª Comissão, numa reunião, o que dará em média 1680 euros por cada reunião realizada, se estiverem todos presentes nesta Comissão. -----

----- A Senhora Presidente ainda apresentou uma fórmula diferente, mas foi afastada nessa reunião. Temos, portanto, um elevado custo por cada reunião de cada Comissão.

----- Sabemos que a participação e as experiências fazem evoluir cada Deputado, mas esta situação é excessiva e deve ser aqui apresentada. -----

----- Nós mantemos a Proposta de que a Deputado poder estar como efetivo em 2 Comissões, para ser avaliada e votada na revisão do Regimento que há de acontecer. --

----- Por isso, não podemos votar favoravelmente o ponto 6 da Proposta, que permite a participação efetiva de cada Deputado em 3 Comissões. -----

----- Votamos também contra o número 1 da parte resolutiva que diz respeito ao quadro apresentado. -----

----- Pedimos, portanto, a votação destes pontos em separado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, já tinha dado notícia que era isso que iria fazer, efetivamente, confirmo que há uma Proposta de alteração ao Regimento nesta matéria, que o grupo de trabalho irá apreciar e, caso seja acolhida, voltaremos a este assunto, mas o problema é que temos que constituir as Comissões e esta foi a Proposta possível que está neste momento para vossa consideração. -----

----- A Senhora Deputada prescindiu da palavra. -----

----- Sendo assim, eu também queria lembrar aos Senhores Deputados que são verdadeiras as contas que o Senhor Deputado Modesto Navarro aqui apresentou. Mas queria lembrar que o número total de posições em Comissões deste mandato, que são 152, considerando as várias posições de todos os Senhores Deputados, é inferior ao do mandato anterior e, portanto, não ultrapassámos, bem pelo contrário, diminuímos a presença em comissões, embora poucachinho. Veremos se isto assim se mantém será de outra maneira para o futuro. -----

----- Seja como for, este número de presenças que o Senhor Deputado Modesto Navarro referiu tem a ver com as regras regimentais- rigorosamente, porque é preciso manter a proporcionalidade e foram estas as contas a que se chegou. -----

----- Senhores Deputados pergunto se mais alguém quer usar da palavra?-----
----- Se mais ninguém quer usar da palavra, vamos pôr à votação. Temos que pôr em separado. Senhores Deputados, nós não costumamos votar os considerandos, votamos apenas a parte deliberativa e, portanto, como é que o Senhor Deputado Modesto Navarro quer fazer?-----
----- é o Ponto 6 dos considerandos, nós não costumamos votar os considerandos, mas o Senhor Deputado pede para se votar, não é habitual, mas eu vou pôr os primeiros 5 considerandos à consideração e depois ponho o 6º e depois poremos os pontos deliberativos. -----
----- Vamos pôr à consideração os primeiros 5 considerandos da Proposta. -----
----- **Voto dos Pontos 1 a 5 dos Considerandos, da Proposta nº 6/PAM/2017 – ‘Composição das Comissões Permanentes e indicação de Presidentes e Secretários’.** Os Pontos 1 a 5 dos Considerandos da Proposta 6/PAM/2017 foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----
----- Vamos pôr à votação o Ponto 6º dos considerandos no qual se diz que ‘Cada Deputado Municipal tem de integrar, pelo menos, uma Comissão Permanente, podendo integrar, simultaneamente, até 3 (três) Comissões Permanentes’, isto é rigorosamente retirado do Regimento, mas o Senhor Deputado já apresentou as suas razões. Vamos por este ponto à votação. -----
----- **Voto do Ponto 6 dos Considerandos, da Proposta nº 6/PAM/2017 – ‘Composição das Comissões Permanentes e indicação de Presidentes e Secretários’.** O Ponto 6 dos Considerandos da Proposta 6/PAM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----
----- Vamos pôr agora à votação o 1º Ponto deliberativo. Que o Senhor Deputado pediu para ser votado em separado. -----
----- **Voto do Ponto 1 Deliberativo, da Proposta nº 6/PAM/2017 – ‘Composição das Comissões Permanentes e indicação de Presidentes e Secretários’.** O Ponto 1 Deliberativo da Proposta 6/PAM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----
----- Vamos pôr à votação os restantes pontos deliberativos da Proposta, incluindo o Quadro. -----
----- **Voto dos Pontos 2 a 4 Deliberativos, da Proposta nº 6/PAM/2017 – ‘Composição das Comissões Permanentes e indicação de Presidentes e Secretários’.** Os Pontos 2 a 4 Deliberativos da Proposta 6/PAM/2017 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----
----- Senhores Deputados, cumprida esta necessidade, agora sim, dizer-vos o seguinte, nós vamos ter que apreciar, na próxima semana, a Política Fiscal do Município para 2018. -----

----- Atendendo a que ela tem que ser apreciada até 31 de Dezembro de cada ano, sob pena de não poder ser eficaz e a Câmara não poder dispor da sua política fiscal deliberada pela Assembleia Municipal.-----

----- Deste modo, eu mandei um *email* a todos os Senhores Deputados com a indicação que as Propostas que vão ser apreciadas em Câmara no dia 14 já estão no *site* da Assembleia Municipal desde o princípio desta semana e também pedi para ser dado conhecimento a todos os Senhores Deputados desta informação e se alguém precisasse de documentação em papel que a solicitasse.-----

----- A Câmara só vai votar isto no dia 14, nós temos que votar no dia 19. -----

----- Daqui resulta e é este ponto que é muito importante agora, daqui resulta a urgência de constituímos as Comissões que acabámos de aprovar, de darmos posse às Comissões que têm que ser empossadas por mim e que, pelo menos a 1ª Comissão, possa, desde já, apreciar este conjunto de Propostas que vai ser colocada à votação no dia 19 que é próxima terça-feira. -----

----- Para tudo isto poder acontecer, nós vamos fazer a posse de todas as Comissões, das 8 Comissões, simultaneamente, na quinta-feira às 18 horas, nesta mesma sala. E é simultaneamente porque há vários Senhores Deputados, como acabaram de perceber, que estão presentes em várias Comissões e que têm que tomar posse em várias Comissões e para não andarem sala em sala, tomarão posse aqui todos os Senhores Deputados das várias Comissões a que pertencem. Os membros efetivos apenas, tomarão posse dos seus cargos nas respetivas Comissões e, desde já, solicito à Senhora Presidente indicada para a 1ª Comissão, que também tomará posse amanhã, a Senhora Deputada Irene Lopes, a autorização para que seja enviada uma convocatória, aos Senhores Deputados que foram indicados para a 1ª Comissão e que serão empossados amanhã para, amanhã depois da posse, portanto, julgo que por volta das 19 horas, poderem ter uma reunião rápida da 1ª Comissão, desculpem, não é amanhã, é quinta-feira, desculpem. Na quinta-feira, poderem ter uma reunião por volta das 19 horas, no sentido da 1ª Comissão, pelo menos, escolher um relator para apreciar aquelas Propostas, porque isto tem que ser formalmente apreciado pela Comissão. -----

----- Portanto, eram estas informações que eu vos queria dar, isto não podia ser feito antes de voltarmos a composição das Comissões. Formalmente, só pode ser feito depois da posse das Comissões, mas com esta sobreposição de calendários, eu peço que tomem nota devida que a posse é quinta-feira às 18 horas e que os Senhores Deputados que são membros da 1ª Comissão, tomem nota devida que às 19 horas haverá uma 1ª reunião da 1ª Comissão para poderem definir o relator para este conjunto de Propostas da política fiscal. -----

----- Queria também dizer que nos termos regimentais, enquanto se mantiver esta norma regimental, os partidos políticos que não têm assento na 1ª Comissão e que são concretamente, neste caso, é apenas o PEV, deve ser também convocado para esta 1ª reunião, sendo uma matéria estruturante, portanto, nos termos regimentais, ser também convocado. Provavelmente, a convocatória pode não vos chegar às mãos em tempo, espero que sim, a posse é só na quinta-feira, mas vamos mandar a

convocatória já antecipadamente, amanhã, para a posse e para a 1ª reunião da 1ª Comissão. -----

----- Portanto, pedia para tomarem devida nota destas diligências.-----

----- Pedia também aos Senhores Representantes para tomarem devida nota que nós, na segunda-feira, a seguir ao almoço, faremos a nossa reunião de Conferência de Representantes, porque temos que estabelecer o calendário da discussão do orçamento e dos outros documentos de gestão da Câmara Municipal, no princípio de janeiro, esta altura é uma altura complicada para fazer estes calendários, portanto eu já tenho isto mais ou menos organizado, mas gostaria que isto fosse visto em sede de Conferência de Representantes, para ver se estão de acordo com a proposta e se podemos fechar as datas para ver se a meados de janeiro, o mais tardar, conseguimos ter o nosso orçamento aprovado. -----

----- O orçamento, em termos legais, pode ser aprovado até ao dia 26 de janeiro, porque é até 3 meses sobre a posse dos Senhores Deputados que foi 26 de outubro, mas estamos a ver se conseguimos antecipar alguns dias, porque, como sabem, sempre que o orçamento não entra em vigor no dia 1 de janeiro, isto implica algum trabalho adicional para o Município que tem que viver com o orçamento anterior e, portanto, podíamos não complicar tanto o trabalho de toda a gente, se assim for possível e for decidido em consenso por todos. -----

----- Postas todas estas explicações e informações, dizer-vos que o debate de hoje vai ser presidido pelo Senhor Deputado António Prôa que é o Presidente indicado pelo PSD para a 8ª Comissão e que, neste momento, iremos suspender a Sessão por 20 minutos, meia hora, para que os serviços possam organizar a sala e para que, pronto.---

----- Os Senhores Deputados peço que não se ausentem, esta matéria continua a ser muito urgente. Tivemos a semana passada, infelizmente, mais uma ocorrência muito negativa, uma morte de um segurança na noite de Lisboa, esta matéria está, de facto, na ordem do dia e, portanto, peço todos a melhor colaboração. -----

----- Ainda antes de passarmos ao intervalo, mais alguns avisos que vos queria dar e que são relevantes. -----

----- No dia 19 é a nossa última Sessão antes do Natal. É habitual termos, nesse dia, um pequeno lanche convívio com os funcionários e todos os Deputados e gabinetes de apoio da Assembleia Municipal. Costuma ser no final da Sessão, portanto, contem que, no final da Sessão, temos um pequeno convívio natalício com todos, aqui no *Foyer* grande. Convidámos para, nesse dia, a Sessão começa às 3 da tarde, e vai ser uma sessão intensa e nós convidámos, sem qualquer circunstância, para as 14.30, e pedia-vos para estarem realmente cá mais cedo essa meia hora, porque vai valer a pena. Vamos ter *Gospel* Coro de Lisboa para fazer um pequeno concerto de Natal, meia hora para todos nós, portanto, a convite da Assembleia Municipal, portanto, Senhores Deputados, o espírito natalício, na medida do possível, vamos partilhá-lo com estas pequenas iniciativas e depois também cantaremos o nosso pequeno Coro da Assembleia Municipal que também cantará durante o convívio, são tudo formas de nos aproximarmos mais uns dos outros nesta altura, mantendo, naturalmente, as nossas diferenças salutareas e democráticas. -----

----- Era isto que queria dizer. Muito obrigado e até já.”-----

----- **PONTO 2 - DEBATE TEMÁTICO** -----

----- **PONTO 2.1 - 2ª SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA NOTURNA NA CIDADE DE LISBOA, EM CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA AML SOBRE A PROPOSTA 001/PSD/2017, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 39º DO REGIMENTO, DE ACORDO COM O FORMATO E PROGRAMA EM ANEXO.** -----

----- (A **Proposta 001/PSD/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Programa do Debate Temático ‘Segurança e Qualidade de Vida Noturna na cidade de Lisboa’**, fica anexada à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **apresentação** em *Power Point* da oradora Raquel Raimundo fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Moderador, António Prôa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Julgo que já há condições suficientes, não as ideais mas suficientes para dar início a este debate.-----

----- Muito bem. Boa tarde a todos e bem-vindos a este que é o 2º encontro deste debate sobre a segurança e qualidade de vida noturna da cidade de Lisboa que a Assembleia Municipal, em boa hora, tomou a iniciativa de promover. Bem-vindos a todos. -----

----- Eu vou-me escusar a apresentar os meus colegas, se me permitem que os designe assim, colegas de Mesa, eles próprios farão questão de os apresentar, em qualquer caso, encontra-se na documentação que terá sido distribuída e eu dando as boas vindas a todos, quer a quem entendeu por bem assistir e tomar parte deste debate, mas agradecer, naturalmente, em particular, aos membros desta Mesa pela disponibilidade de cada um em dar o seu contributo para termos um conhecimento maior da problemática relacionada com as questões da segurança na cidade. -----

----- Agradecendo, dou as boas vindas a todos e passaria desde já a palavra, cumprimentando muito especialmente o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tem a palavra. -----

----- Já agora, se me permite, e fica já esta regra do conhecimento de todos, terão 9 minutos para usarem da palavra, ao fim do qual não levarão a mal que eu chame a atenção para terminarem a intervenção e passar a palavra para que o debate não se prolongue em demasia e tenhamos oportunidade de ouvir quem também queira intervir.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, queria cumprimentar o Presidente da Mesa, o meu ex-colega Vereador António Prôa, que eu tenho muito gosto de estar aqui a partilhar, cumprimentar todos os presentes na Mesa, cumprimento todos os presentes na sala em

particular, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e todas as restantes personalidades.-----

----- Dizer que, apesar de ter 9 minutos, o objetivo, nesta 1ª fase, pelo menos, de discussão, é relembrar um pouco aquilo que foi a alteração que existiu na cidade de Lisboa no que diz respeito ao regulamento de horários e fazer um pouco um balanço da atividade desenvolvida pelo Município nesta matéria. -----

----- Recordo que, sensivelmente há um ano, em novembro de 2016, entrou em vigor o novo regulamento de horários dos estabelecimentos de venda e prestação de serviços do concelho de Lisboa. -----

----- As regras principais deste regulamento, os objetivos centrais deste regulamento foram, por um lado, criar um contexto em que se definiam, em concreto, os requisitos técnicos para os estabelecimentos poderem funcionar a partir de determinadas horas e esses requisitos, no fundo, dizem respeito para qualquer estabelecimento com funcionamento a partir das 23 horas e em concreto para os bares e também as discotecas, o funcionamento e as requisitos que têm que ter para poder, no fundo, estar abertos até às 4 da manhã.-----

----- Depois foi definido também um princípio que foi o princípio de divisão da cidade em 2 zonas: numa zona residencial e uma zona não residencial. Motivando, desta forma, com limites de horários na zona residencial, em função das características técnicas e na zona não residencial, sem limite de horário por definição, obviamente, necessitando, na mesma, de requisitos técnicos, por causa das questões relacionadas com a Lei do ruído, ao mesmo pelas licenças necessárias. Para, no fundo, motivar a deslocação das atividades noturnas que possam ser desenvolvidas até horas mais tardias nas zonas não residenciais. -----

----- Foi também através deste regulamento reforçado a capacidade de intervenção das autoridades que era, no que diz respeito à identificação em concreto da ausência de requisitos e, no fundo de todos os processos associados à contraordenação. Como também foi introduzido um mecanismo que permite a aplicação de sanções imediatas no caso de determinado tipo de restrições para procurar, dessa forma, condicionar o comportamento indevido da parte de alguns agentes económicos. -----

----- Desde logo, o facto de haver incumprimento no funcionamento do horário ou no que diz respeito, por exemplo, a funcionar com a porta aberta, nessas matérias, poder haver logo uma sanção a esses estabelecimentos e essa sanção ter um efeito imediato, fechando uma sexta-feira e num sábado mais cedo, uma 5ª ou uma 6ª ou sábado, mais cedo, para que o agente económico consiga, dessa forma, perceber a necessidade de alteração comportamental.-----

----- Foi também, através desse regulamento de horário, reforçado aquilo que é o mecanismo de intervenção das Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia passam a poder solicitar diretamente restrições de horário e foi também, no fundo, possibilidade através da criação de uma unidade técnica, na altura até por proposta do PSD, o objetivo de tentar coordenar internamente no município a ação das várias entidades que dentro do município têm direta ou indireta responsabilidade com a área do regulamento de horários desde logo, a unidade de coordenação territorial, na parte do

regulamento da atividade económica, mas também a Polícia Municipal ou mesmo a área do ambiente que controla o ruído. -----

----- Dizer-vos que, neste último ano, nós identificamos, da parte da Polícia Municipal, cerca de 6500 ações de fiscalização a estabelecimentos, das quais resultaram, só da parte da Polícia Municipal, cerca de 446 autos por estarem a laborar fora do horário, 61 autos por falta de requisitos e limitadores de som após as 23 horas.

----- Se nós analisarmos a atividade fiscalizadora, não só da parte da Polícia Municipal, mas também na PSP, nós elevamos este número para 1061 autos, 506 por funcionamento fora do horário 324 por falta de afixação dos mapas de horário, 195 por falta dos requisitos que eu referi há pouco.-----

----- Neste momento, muitos destes processos encontram-se em tramitação e, portanto, são matérias que terão como consequência, necessariamente, ou restrição ou contraordenação. -----

----- Dizer também que, ao abrigo daquilo que foram as características técnicas que passaram a ser exigidas aos estabelecimentos para poderem funcionar, com um horário após as 23 horas com a emissão de ruído, no fundo, a música, o que nós consideramos nos regulamento, a música amplificada, passou a ser necessária a instalação de limitador, de funcionamento à porta fechada, porta e janela fechada, neste momento, entraram na Câmara Municipal, cerca de 262 pedidos de aprovação de limite de som, 156 já se encontram instalados, 64 encontram-se selados, portanto, existem cerca de 90 limitadores em estabelecimentos que se encontram instalados e estão em monitorização, neste momento, nas diversas plataformas *online*, onde é possível ler este dados, e encontram-se a aguardar para ser selados, provavelmente, muitos deles associados à necessidade da confirmação dos exames acústicos.-----

----- Dizer que a Câmara Municipal de Lisboa tem aplicado já a regra das restrições de horário temporário, o objetivo é que esta restrição de horário temporário passe a ser utilizado com frequência, volto a dizer aquilo que disse há pouco, para quê? Para que os estabelecimentos comecem a perceber a necessidade que têm do cumprimento integral destas regras. -----

----- Nesta matéria, relativamente à questão dos limitadores está em processo também de conclusão um protocolo com a AHRESP para que, através da Passmúsica, que é uma entidade com quem a AHRESP trabalha, poderem ser alargados aos seus associados a instalação destes limitadores.-----

----- Portanto, de alguma forma, todo este enquadramento tem, volto a repetir, 2 princípios chave: -----

----- Princípio chave nº1: só podem funcionar até tarde estabelecimentos que tenham características técnicas que lhes permitam funcionar até tarde se os estabelecimentos não cumprirem com essas características técnicas terão, obviamente, terão restrições ou sanções associadas a esses comportamentos, se os problemas forem de natureza estrutural, ou seja, o próprio estabelecimento não estiver preparado ou não existir a possibilidade do ponto de vista estrutural para poder funcionar, então terão restrições definitivas até correção das suas condições em particular. -----

----- Também, no que diz respeito e não podia deixar de falar no que respeita às matérias de segurança, dizer que, foi criado neste regulamento, a Faculdade de poder fazer a restrição ou a restrição de horário de atividade, por via de, no fundo, de existência de indícios fundados de perturbação da tranquilidade pública. Indícios esses que que nós, a Câmara Municipal de Lisboa, tem procurado sempre fundamentar por via de informação chega da parte da Polícia de Segurança Pública. Este processo é um processo que implica a Polícia de Segurança Pública identificar em concreto, quais é que são os estabelecimentos, quais é que são esses indícios e solicitar uma restrição e, da parte do Município, o que existirá, já aplicámos alguns, mas o que existirá é um procedimento padronizado no que diz respeito à aplicação dessas mesmas restrições sugeridas pela PSP. -----

----- Para além disso, têm existido também encerramentos de estabelecimentos, não ao abrigo do regulamento de horários, mas o abrigo do regime jurídico que diz respeito à questão relacionada com a apreensão de droga dentro dos estabelecimentos e que, quando assim é, quando surge da parte da PSP a identificação e a solicitação do encerramento relacionado com matérias de apreensão de droga dentro dos estabelecimentos que a Câmara Municipal também aplicará imediatamente, no fundo, o encerramento desses mesmos estabelecimentos. -----

----- Já passaram os 9 minutos e, portanto, para uma 1ª intervenção fica esta 1ª descrição de algum do balanço e da aplicação do regulamento de horários e de algumas das ligações na área com outras entidades. Muito obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, pelo contributo que deu e por nos ter dado a conhecer qual é a intervenção da Câmara fruto também das novas regras que, necessariamente, estão também em fase de apreensão por todos os agentes interessados e pelos cidadãos. -----

----- Eu passaria a palavra ao Júlio Fernandes que é vice-presidente, a AHRESP para nos dar, também, o seu ponto de vista relativamente a esta temática. Muito obrigado.” -

----- **O Senhor Júlio Fernandes Vice-Presidente da AHRESP**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, também queria cumprimentar, para além do presidente da Mesa, todos os Senhores Deputados Municipais, todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, todos os Senhores Convidados, os meus colegas.

----- Dizer-vos que o problema do ruído e da qualidade de vida noturna em Lisboa está intimamente ligado e que, portanto, estamos a falar em ruído, estamos a falar, também, em segurança, estamos a falar em qualidade. Cada vez mais e, principalmente em Lisboa, não podemos aqui dizer que Lisboa é o país, porque não é, mas Lisboa tem uma componente muito importante em relação à questão do turismo. --

----- Nós temos 30 milhões de estrangeiros e desses 30 milhões, de certeza absoluta de 20% frequentam a noite. Portanto, é vital que o entretenimento tem um papel fundamental nas cidades em geral, mas muito em particular em Lisboa, onde não só o entretenimento noturno, mas tantas outras situações turísticas, assume um importante produto turístico e também a criação de milhares de postos de trabalho que assegura. --

----- E uma das primeiras situações que aqui queria colocar e deixar à vossa consideração é que, para além das medidas que eventualmente tenham de tomar, há sempre uma medida muito importante que se tem que ter em conta, que é: muitas medidas que se têm de tomar, põe em causa postos de trabalho e põe em causa direitos dos trabalhadores.-----

----- A qualidade da vida noturna também se perspectiva da oferta que é proporcionada pelos estabelecimentos que dão à vida da noite lisboeta.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse aqui, e disse muito bem, nós temos feito um esforço muito grande, na medida em que alguma das exigências da Câmara, para que tudo isto funcione significam, para os nossos empresários, aqueles que nós representamos, custos de contexto muito importantes.-----

----- Em boa hora e no seguimento de um processo que já desenvolvíamos há muito tempo conseguimos que a Passmúsica, para além de ser um cobrador de taxas, também fosse um parceiro. Nesse sentido, estamos a desenvolver com a Passmúsica de forma, digamos, com muitos problemas que existem e que estão, de facto, a ser ultrapassados, aí a Câmara tem tido um papel fundamental, dando algum tempo, o tempo necessário para que encontremos soluções, porque, de facto, os limitadores de som são produtos que acabam por exigir outros custos de contexto que os empresários, não só de noite, mas os empresários da restauração geral estão a suportar.-----

----- E é aqui que eu acho que os estabelecimentos devem ser vistos como agentes dinamizadores das localidades onde se instalam.-----

----- Contribuem para o seu desenvolvimento e não como meros focos de perturbação, até porque quando tal acontece, seja por ruído, seja por qualquer outro fator, como tantos que têm sido denunciados, os problemas têm que ser analisados caso a caso, porque não são todos iguais e tem que haver medidas corretivas, estamos de acordo, adequadas e proporcionais, quando devidamente justificadas.-----

----- Regra geral, os fatores de intimidade como o ruído, são alheios ao estabelecimento. Só alheios aos empresários que estão nesse estabelecimento, praticados, normalmente, na via pública, local onde o empresário não pode, legalmente, intervir e conhecemos todos os problemas que têm surgido por força de uma imposição a mesmas empresas de segurança privada e, portanto, a falta de policiamento é, para nós, talvez, o fator mais importante que existe para corrigir este tipo de situações, nomeadamente, da violência noturna.-----

----- A AHRESP tem hoje uma clara noção de que todos os empresários, se necessário, colaboração, nomeadamente, para que a PSP possa intervir e possa ter uma presença preventiva, levando àquilo que se chama, uma noite segura, o turismo seguro que é muito importante em Lisboa e em Portugal, naturalmente, porque nós somos uma associação que tem associados norte a sul do país.-----

----- O regulamento de horários em funcionamento, prevê a criação do Conselho de Acompanhamento da Vida Noturna, onde a AHRESP espera ter assento e que tem como missão acompanhar a execução do regulamento e das várias matérias conexas associadas à necessidade de compatibilização dos equilíbrios da cidade em função da

vida noturna. É óbvio que não somos, temos a consciência de que não somos todos iguais e, portanto, há espaços noturnos em determinadas zonas que têm que ter um acompanhamento diferente de outras e estou-me a lembrar, por exemplo, na zona das docas e em toda a orla do rio, eventualmente, a situação não é a mesma da do Bairro Alto.-----

----- Este Conselho tem que reunir uma vez por ano, mas penso, francamente, que uma vez por ano, não é suficiente. Deve reunir também sempre que necessário mas, meus caros amigos, até à data ainda não se realizou nenhuma reunião, esta que é verdade e os problemas não faltam, como sabem, todos os dias acontecem. -----

----- Mesmo em questões do ruído é importante a visibilidade das forças policiais, por constituírem comprovadamente o mais importante fator desincentivador deste tipo de comportamento. Os empresários da restauração não estão contra os polícias, as entidades fiscalizadoras, pelo contrário, isso permite-lhes ter uma noite segura e, por isso, tanto têm falado nesse tipo de situações. -----

----- Nós estamos a falar num negócio que fatura 2 mil milhões em todo o Portugal estamos a falar no negócio cujo IVA anda à volta dos 500 milhões. Portugal precisa, de facto, de uma noite segura, um turismo seguro. -----

----- Por isso, para terminar, diria que é urgente destacar-se mais agentes da Polícia de Segurança Pública, é essencial haver prevenção da Polícia de Intervenção, porque são aqueles que nos garantem, digamos, um funcionamento eficaz, quando há problemas mais graves. Para uma ação de maior visibilidade na via pública a partir das 24 horas, nos locais de maior concentração. -----

----- Deve também ser criado um grupo de trabalho para apresentar propostas à Câmara Municipal para um programa da noite segura. -----

----- E também, como diria aqui o meu colega por agora...”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo cumprimento do tempo. -----

----- Iria agora passar a palavra à Senhora Professora Raquel Raimundo que é a representante da Ordem dos Psicólogos da Direção Regional de Saúde da Ordem dos Psicólogos. -----

----- Muito obrigado. Tem então a palavra.”-----

----- **A Senhora Raquel Raimundo, Ordem dos Psicólogos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora muito boa tarde a todos. -----

----- Começo por cumprimentar os meus colegas de Mesa hoje aqui presentes, também os Senhores Deputados aqui presentes e as restantes pessoas interessadas em participar nesta sessão. Agradecer o convite que foi feito à Ordem dos Psicólogos Portugueses para estarmos hoje presentes e, no fundo, dar aquilo que poderá ser o nosso contributo na área da qualidade e da segurança no contexto da vida noturna. -----

----- Começar por dizer que os contextos recreativos, noturnos obviamente, desempenham um papel importante a não só na vida da nossa cidade como da vida dos nossos jovens e eu, se calhar, vou centrar um bocadinho a apresentação e um

contributo mais voltado para os jovens que são alguns dos principais frequentadores desses espaços noturnos também. -----

----- No entanto, há alguma ligação intrínseca entre as ruturas daquilo que se poderá considerar os hábitos de vida saudáveis e depois também, uma associação a uma multiplicidade de fatores de risco e era aqui que me ia centrar agora neste início, antes de passar aos fatores de proteção e então o contributo do papel do psicólogo. -----

----- Os comportamentos de risco associados à vida noturna, e isto tem sido verificado através de estudos empíricos, também, esta associação que existe entre a frequência desses espaços de vida noturna e, depois, também, estes comportamentos de risco. -----

----- Quais é que são esses comportamentos de risco? Principalmente o consumo de álcool, o consumo de drogas, os comportamentos sexuais de risco, sejam eles devido a relações sexuais desprotegidas ou sob o efeito de substâncias, álcool ou drogas, os comportamentos rodoviários também de risco, quer seja também por conduzir ao ser conduzido por alguém sob o efeito destas mesmas substâncias, ou ainda, como já foi amplamente falado pelos intervenientes anteriores, as situações de violência. -----

----- O nível de participação e envolvimento dos jovens nestes contextos tem vindo a aumentar, mas não é só isso, tem vindo a aumentar também os diferentes contextos recreativos, as dinâmicas e os novos padrões de consumo, ou seja, não só tem vindo a aumentar como também a diversificar desse ponto de vista nestas matérias. -----

----- Os consumos em contextos recreativos são também, talvez daí ser também mais preocupante, caracterizados por uma representação social positiva, habitualmente associada, nomeadamente, aos padrões de consumo e depois também uma perceção de risco muito baixa em relação à saúde, à própria saúde dos jovens relativamente a esta, à segurança e à qualidade da vida noturna, de alguma forma há também uma grande diversidade e cada vez uma maior oferta, nomeadamente no que diz respeito às substâncias de que vos falei anteriormente e alguma banalização também ao nível daquilo que são as consequências, quer para a saúde, quer também ao nível social, quer ainda ao nível da justiça. -----

----- Agora, é importante fazer aqui um parêntesis, não é a vida noturna só por si que conduz a comportamentos de risco é, de alguma forma, uma gestão que é desadequada, quer do ponto de vista do próprio, portanto, individualmente, quer do ponto de vista do grupo e, portanto, nesse aspeto falamos mais do ponto de vista social, também, portanto, dizia uma gestão que é inadequada deste entretenimento noturno e que conduz também uma desregulação dos níveis de permissividade e, portanto, é aí que nos temos de centrar também. -----

----- Quando falamos de tudo isto e deste quadro que vos falei ao nível dos fatores de risco, conseguimos compreender muito bem que, isto só por si, é uma questão de saúde pública e, portanto, a intervenção não só da parte dos psicólogos, mas de muitos outros intervenientes é muito importante e urgente intervir, também. -----

----- As autarquias, essas são, obviamente, e começo já por saudar também esta iniciativa e de abertura, de alguma forma, à sociedade. As autarquias têm aqui um papel muito importante na qualidade de mediadores dos vários agentes envolvidos. ----

----- Os psicólogos podem dar um contributo para esse esforço concertado e que é sem dúvida também multissetorial e envolve muitos intervenientes como se dizia, no quê? Na tentativa de reduzir aquilo que são os fatores de risco, por um lado, associado a estas atividades e também ajudar a torná-las, desse ponto de vista, mais saudáveis e mais seguras. -----

----- Então o que é que pode ser, um pouco mais em concreto, este contributo que o psicólogo pode dar? -----

----- O psicólogo pode dar um contributo ao nível da consultoria, baseado em evidência científica e empírica também, dos conhecimentos que tem, nomeadamente a nível da construção, na ajuda, no apoio à construção de políticas e medidas legislativas que visem, sobretudo, minimizar para a saúde os fatores de risco associados à vida noturna, nomeadamente, limitar, por exemplo, o acesso ao álcool ou aumentar os preços relacionados com o álcool, tornar os espaços noturnos também mais limpos e seguros, portanto, sendo esta algumas das medidas também e, além disto, o trabalho do psicólogo ao nível da consultoria pode ir também mais longe, nomeadamente, ajudar na criação e no desenvolvimento de códigos de conduta e de boas práticas de vivência nesses espaços ou ainda na ajuda à implementação de ações de prevenção e que ainda campanhas de sensibilização também dirigidas à comunidade. -----

----- Ao nível das estratégias de prevenção e, portanto, agora mais para finalizar também a minha intervenção, centrar-nos também ao nível do desenvolvimento de programas de prevenção, nomeadamente, ao nível das escolas, sobretudo quando estamos a falar dos mais jovens, mas também ao nível das campanhas que poderão ter divulgação através dos *mass media*. -----

----- Qual é que é o objetivo? É justamente ajudar os jovens ao nível das perceções de risco e também dos efeitos e das consequências que elas têm, nomeadamente ao nível da sua saúde, tentando sempre a levá-los a promover escolhas de vida saudáveis, mais saudáveis também. -----

----- Outra iniciativa poderá ser aqui já não é no âmbito só da informação e da sensibilização, já é mesmo da mudança de competência, da promoção de competências, são a implementação de programas de desenvolvimento de competências de vida e estas já se centram mais na tomada de decisão, já não são só informativos, portanto, já têm como objetivo essa mudança mais do ponto de vista comportamental também. -----

----- Importante também o desenvolvimento de competências parentais em que, para ajudar os pais ao nível da monitorização e da supervisão da vida noturna dos seus filhos, obviamente, o objetivo não é a ingerência direta na vida dos filhos, mas alguma supervisão é importante, também e, portanto, este também é um dos contributos que os psicólogos podem dar. -----

----- Finalmente o desenvolvimento de ações de formação. Ações de formação a que nível? Específicas, podendo ser dirigidas a grupos de empresários, mas também a todos os trabalhadores que desenvolvem a sua atividade a neste contexto, portanto,

atividades recreativas noturnas, sensibilizando, nomeadamente, para a mudança de comportamentos e de atitudes nas diferentes atividades que desempenham -----

----- E termina aqui a minha apresentação, também com um conjunto de propostas e destes já, também, demonstrando disponibilidade da Ordem dos Psicólogos Portugueses em colaborar naquilo que for necessário ao nível deste contributo que possamos dar também à sociedade.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, muito obrigado pelo contributo que nos trouxe, será certamente útil, quer no âmbito da Assembleia Municipal quer, também, pela Câmara Municipal. -----

----- Eu, antes de dar a palavra ao Jordi Nofre, iria só fazer uma chamada de atenção aos representantes das entidades e das personalidades que foram convidadas a participar na 2ª parte deste debate, que deverão fazer a inscrição, ou pelo menos dar nota da intenção de participarem nesta 2ª parte, entretanto, ali na Mesa, logo ali em baixo. -----

----- Eu passava então a palavra ao Jordi Nofre que é do Observatório de Lazer Noturno, um grupo de investigadores, no âmbito do ISCTE da Universidade Nova, para nos dar, também, a visão que tem sobre esta questão.” -----

----- **O Senhor Jordi Nofre, Observatório de Lazer Noturno do ISCTE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde e muito obrigado à Assembleia Municipal de Lisboa pelo seu convite para participar nesta segunda sessão do debate sobre qualidade da vida noturna de Lisboa. Boa tarde também aos meus colegas de mesa, e ao público presente.-----

----- Ao longo dos últimos 4 anos, o trabalho científico desenvolvido pelo grupo LXNIGHTS, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, tem privilegiado duas áreas de observação e recolha de informação: Bairro Alto e Cais do Sodré. Ao longo do nosso trabalho etnográfico e sociológico, temos verificado a existência de alguns impactos negativos resultantes da expansão e mercantilização da economia do lazer noturno nestes bairros históricos do centro da cidade. Estes impactos podem ser classificados em 6 categorias: -----

----- 1. Consumos, práticas e comportamentos que comportam riscos ao nível da saúde pública e individual; -----

----- 2. Problemas de convívio entre comerciantes, residentes e utilizadores de bairros de diversão noturna; -----

----- 3. Problemas ambientais (como, por exemplo, o ruído), problemas de higiene e de salubridade (como o lixo e a urina) e problemas de mobilidade intraurbana e metropolitana; -----

----- 4. Condições laborais precárias e formação profissional insuficiente e muitas vezes desadequada às funções;-----

----- 5. Episódios de insegurança e violência (embora pontuais) no espaço público;-----

----- 6. Processos de exclusão social no espaço público e em locais de diversão noturna. -----

----- Sob a perspetiva do direito à cidade, a mercantilização da vida noturna e os resultados atuais da governança liminar da noite – isto é, a implementação de medidas

políticas por vezes erráticas e até contraditórias entre elas – tem desafiado o direito à cidade, à cidade noturna, nomeadamente de alguns dos coletivos e atores sociais mais importantes da noite lisboeta. Assim, o direito ao repouso, ao sossego e ao sono, os quais são uma emanção da consagração constitucional do direito à integridade física e moral da pessoa humana e a um ambiente de vida sadio, encontram-se hoje, no Bairro Alto, Príncipe Real, Santa Catarina, Bica, Cais do Sodré e Santos (entre outras áreas da cidade), fortemente postos em causa pela recente expansão de uma vida noturna claramente mercantilizada e caracterizada pelos 6 pontos anteriormente expostos. -----

----- Interessa salientar aqui a importância da economia do lazer noturno como estratégia central na regeneração urbana e revitalização socioeconómica de áreas centrais anteriormente degradadas da cidade, mas também a sua importância na produção, reprodução e consumo de espaços-tempo quer formais, quer informais, de vida social urbana para muitos adolescentes, jovens e até mesmo adultos. Como foi verificado ao longo da nossa etnografia, a vida noturna lisboeta tornou-se também central na reconfiguração de como os turistas, visitantes e diferentes segmentos da população local "experimentam", hoje, a nossa cidade. Ao mesmo tempo, a vida noturna surgiu como fator fulcral na crescente atratividade de Lisboa para hospedar estudantes universitários nacionais e internacionais e trabalhadores jovens e adultos altamente qualificados. -----

----- Mas voltando aos impactos negativos anteriormente expostos resultantes da expansão e mercantilização da vida noturna em Lisboa, e em resposta ao título desta segunda sessão, gostaria de vos chamar à atenção em relação à tripla abordagem simultânea que o LXNIGHTS tem em relação ao problema do ruído: -----

----- (1) Uma abordagem espacial e comportamental;-----

----- (2) Uma segunda abordagem de mediação comunitária; e... -----

----- (3) Uma terceira abordagem educacional.-----

----- Esta 'tripla abordagem' prevê também um 'cenário tripartido' ao nível temporal (a curto, médio e longo prazo) para a implementação de novas medidas que visem melhorar as condições de habitabilidade em bairros históricos caracterizados pela presença de locais de diversão noturna. -----

----- Em relação à abordagem espacial e comportamental, o LXNIGHTS considera necessária a intervenção em três tipologias de espaço:-----

----- (a) Em primeiro lugar, o espaço doméstico, com intervenções orientadas ao isolamento dos apartamentos, nomeadamente das janelas, financiadas totalmente ou parcialmente através de receitas da taxa turística, por exemplo;-----

----- (b) Em segundo lugar, promover a insonorização e pacificação do espaço público mais próximo dos locais de diversão noturna, que também poderiam ser financiadas totalmente ou parcialmente através de receitas da taxa turística; -----

----- (c) E em terceiro lugar, o espaço público, com algumas medidas que podemos já propor. Por exemplo: -----

----- (1) Melhorar a mobilidade intraurbana e metropolitana, nomeadamente da rede da madrugada da Carris, da abertura 24h nas sextas e sábados do metro, comboios suburbanos e *ferries*. -----

----- (2) Um Novo Plano de Usos do Solo para ‘desdensificação’ de bairros com forte presença de locais de diversão noturna, com especial atenção aos prédios com presença de população idosa, e/ou com doenças crónicas, e/ou com crianças, promovendo ao mesmo tempo a implementação de novos circuitos de consumo cultural no âmbito das artes criativas e da gastronomia, por exemplo. -----

----- (3) Medidas de pacificação do trânsito rodoviário no centro da cidade em horário noturno.-----

----- (4) Criação e implementação de um Corpo de Agentes de Civismo (promotores de uma vida noturna segura e de qualidade, como existe no caso de Barcelona) acompanhados por agentes da PSP, para a prevenção e redução de comportamentos ‘incívicos’ em áreas de diversão noturna. -----

---- (5) Implementação de medidas informativas sobre comportamentos responsáveis e amigáveis para com a comunidade local (como *flyers* e cartazes pendurados nas esquinas, informando das potenciais coimas associadas aos comportamentos ‘incívicos’ que sejam eventualmente verificados por agentes policiais).-----

----- Em relação à abordagem de mediação comunitária, o LXNIGHTS propõe a criação da *Lisbon Nightlife Commission*, um órgão de natureza institucional mas com um funcionamento independente e formado por representantes de todos os sectores e grupos sociais envolvidos na vida noturna da cidade. Esta *Lisbon Nightlife Commission* permitiria dar uma melhor resposta aos atuais desafios que apresenta a governança da vida noturna de Lisboa.-----

----- Interessa salientar também que esta *Lisbon Nightlife Commission* estaria acompanhada pela criação de Comissões Territoriais baseadas nas Juntas de Freguesia, os territórios dos quais apresentem uma forte e consolidada presença de atividades ligadas ao lazer noturno. Estas Comissões Territoriais teriam a capacidade de: -----

----- (i) Controlar e fiscalizar o cumprimento dos diferentes regulamentos associados ao funcionamento de locais de diversão noturna; -----

----- (ii) Gerir situações de conflito entre diferentes atores sociais da noite;-----

----- (iii) Propor mudanças aos diferentes regulamentos para uma melhor e eficaz governança da noite.-----

----- Finalmente, não queria finalizar sem sublinhar a importância da intervenção no âmbito educacional, nomeadamente com adolescentes e jovens, a qual deveria visar promover um consumo responsável, saudável, inclusivo e respeitoso com a comunidade, e com especial ênfase, com os moradores.-----

----- Só através do empoderamento de todos os atores envolvidos na vida noturna da nossa cidade e da promoção e adoção de uma posição crítica mas positiva e pró-ativa, poderemos conseguir uma noite mais segura, saudável, inclusiva e sustentável que seja um referente na Europa. Só depende de todos nós.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção. “-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado também pelo contributo e pela do cumprimento tempo. -----
----- Eu passaria a palavra ao João Rodrigues que é o Presidente da Federação Académica de Lisboa, também para nos dar a sua visão sobre esta questão. O microfone há de chegar.” -----

----- **O Senhor João Rodrigues, Federação Académica de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, os colegas de painel e em última análise os demais caros concidadãos aqui presentes. Agradecer também em nome da Federação Académica de Lisboa, enquanto estrutura representativa dos estudantes do Ensino Superior da Academia, agradecer também a oportunidade de dar um pouco aqui a perspetiva do que é que os estudantes são nesta cidade e, acima de tudo, com o seu papel no desenvolvimento e enquanto força motriz inegável que é e que, na nossa consideração tem sido pouco aproveitado.-----

----- Isso leva-me também e, se calhar, em virtude também de ser o último a intervir, pedir um pouco de perspetiva de fora da lógica que estamos todos habituados, de que os estudantes têm comportamentos somente desviantes de que os estudantes são irresponsáveis e, com certeza, que a necessidade de haver uma figura paternalista é importante, mas também é importante perceber que não é a condição de estudante, não é a condição de estar a frequentar o ensino superior que coloca o prisma nas condições de desvio. Coloca sim nas condições de base, nas condições socioeconómicas, nas condições de família, nas condições que tem em casa.-----

----- A escola, com certeza não poderá substituir o papel da família e parece-nos sim que sobre essa sobre essa matéria, numa cidade que tem 130 mil estudantes, este tipo de iniciativas, como a de hoje, que faz aproximar os estudantes da sua cidade, a cidade dos estudantes e, acima de tudo, que esta cidade seja uma cidade de turismo, certamente, uma cidade com vida noturna, uma cidade com restauração, como aqui foi dito, uma cidade de conhecimento como a minha colega psicóloga que há pouco ali fez uma excelente intervenção, permita-me a opinião, mas também uma cidade de estudantes, uma cidade dos estudantes que serão o futuro de amanhã, serão os possíveis habitantes desta cidade e que em muito podem vir a contribuir, quer através do conhecimento, quer através do desenvolvimento científico, mas também no desenvolvimento económico, como ainda há pouco comentava que o meu colega do painel, ao nível da restauração. -----

----- Permitam-me também de publicamente deixar uma palavra que vem destoar um pouco à realidade que e ao conhecimento que há sobre a realidade estudantil, aos meus colegas de hoje da Associação Académica da Faculdade de Direito e aos estudantes da Faculdade de Direito pela sua intervenção na defesa, principalmente, de um ensino superior público, na defesa de um ensino para todos e na defesa de um ensino que esteja capacitado, ao melhor nível, a nível europeu, e é essa a Lisboa que nós queremos e para termos isso, é necessário também discutir qual é que é a realidade, a relação da autarquia com os estudantes, a relação do poder autárquico na

sua globalidade com os estudantes e acima de tudo qual é a ligação, neste caso, de acordo com o tema do painel, também, à vida noturna. -----

----- Efetivamente, como foi aqui mencionado, sem sombra de dúvida alguma que os estudantes universitários são os que mais frequentam a noite lisboeta. Ainda assim são porventura, também, dos que menos ligação têm, diria ao plano decisão sobre como é que será feito o poder de decisão, como Senhor do Vice-Presidente há pouco disse, o que são as regras em vigor, neste momento, quais é que são as regras de licenciamento, ao nível das licenças especiais de ruído, por exemplo, ao nível das licenças para a passagem de música e são esses pequenos pormenores que eu acho que fazem todo o sentido para os estudantes estarem ligados e definirem uma política pública para a cidade no que a esta matéria diz respeito. -----

----- Consideramos que Lisboa não é comparativamente às outras capitais europeias, uma cidade insegura no que ao nível de vida noturna diz respeito. É sim, uma cidade com os seus problemas de organização habitacional e podemos falar, quando falamos em insegurança, na nossa consideração, diversas dicotomias: a dicotomia do querer uma política sonora ambiental que seja uma política sonora responsável que venha dar, assim, uma dinamização à cidade, mas que, ao mesmo tempo venha, na outra dicotomia, não contribuir para uma perturbação de vivência comunitária e da vivência habitacional. -----

----- Efetivamente é nossa consideração que há falta de policiamento, mas esse policiamento não é um policiamento que nós consideramos que tenha que ser um policiamento de intervenção, mas sim um policiamento de prevenção. Prevenção como a colega psicóloga há pouco disse, dos comportamentos de risco, no que diz respeito ao consumo de drogas, no que diz respeito ao consumo de álcool e, também e, no caso que é um fenómeno que cada vez mais verificamos ao nível da comunidade académica, nos comportamentos sexuais de risco.-----

----- Isso combate-se com prevenção, minhas Senhoras e meus Senhores, combate-se, acima de tudo, com uma sociedade que seja aberta, que saiba aceitar que os estudantes, dentro da sua irreverência natural são também um papel importante e o futuro desta cidade e deste país, mas que, acima de tudo, necessitam de prevenção, necessitam de conhecimento, necessitam de ser educados. Isso passa claramente por um papel ativo ao nível da política pública por parte da autarquia passa, com certeza também, pelas entidades que aqui estão em cima da Mesa. -----

----- Daí que, na qualidade de Presidente da Direção Geral da Federação Académica de Lisboa, esteja totalmente disponível para procurar soluções no que diz respeito à vida noturna deixando, desde já, algumas enumeradas.-----

----- Parece-nos, sim, também ao nível da matéria de segurança que, durante imenso tempo e felizmente só há pouco tempo é que essa realidade veio ao de cima, durante bastante tempo, no que diz respeito às empresas que fazem segurança privada dentro dos espaços noturnos, que há um certo desleixo no cumprimento da legislação e do cumprimento à legislação tem o poder judicial incumbência de o fazer cumprir. Não o tem feito, é algo que deve ser registado e essa é uma responsabilidade clara, também,

da Polícia de Segurança Pública, como o meu colega Doutor Júlio Fernandes há pouco indicou.-----

----- Parece-nos também que ao nível da política sonora, da política sonora ambiental, que deverá, com certeza, haver as regras que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa aqui indicou dentro, também, de uma tolerância e uma convivência sã e que tem havido, felizmente, ao longo do meu presente mandato, pelo menos, com a Câmara Municipal de Lisboa, de procurar um equilíbrio entre a necessidade, entre aspas, de existência de momentos criativos, de momentos de festas académicas, mas também, em última análise, que haja uma Academia virada para os seus concidadãos. -----

----- Depois, também, a própria frequência de espaços noturnos, como é que esses espaços noturnos estão organizados e parece-me que essa organização é uma consequência, também, de um problema muito maior de ordenamento territorial, não é a existência dos espaços noturnos, por si só, os problemas são de quem os frequenta, como eu há pouco, disse. -----

----- Finalizando a minha intervenção gostava também de deixar aqui uma pequena nota.-----

----- O problema não está claramente, se me permitem a opinião, somente no problema de insegurança, porque a insegurança combate-se com políticas públicas de cariz social e essa é uma incumbência que esta Assembleia, que os Senhores Deputados, que os Senhores Presidentes de Junta, que o poder autárquico, que os estudantes, os psicólogos, os responsáveis da restauração, que os investigadores, têm que fazer cumprir e para fazer cumprir é necessário que este seja um debate, creio eu, tolerante e não um debate de caça às bruxas por um episódio apenas verificado. É uma questão muito mais complexa, uma questão que tem diferentes atores que necessita de diálogo e que não se resolve nem em uma semana nem em um mês. Necessita de uma preparação e de pensamento político mais profundo. -----

----- Obrigado a todos.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado também pela visão que nos trouxe.-----

----- Eu iria passar a palavra ao Doutor Carlos Silva Santos, que é médico, professor universitário na Escola de Saúde Pública.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Carlos Silva Santos, Professor Associado Convidado da ENSP/UNL**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde. Cumprimento, naturalmente, os membros da Mesa, cumprimento os Senhores Deputados e restantes participantes.-----

----- Venho hoje aqui falar sobre a questão centrada no ruído e na qualidade de vida na cidade.-----

----- O ruído constitui um dos fatores poluentes da cidade com maior prevalência, maior distribuição e maior impacto na saúde humana dos lisboetas. A carga de ruído existente é na generalidade produzido pelo trânsito rodoviário e ferroviário mas também por diversas atividades comerciais e industriais como a construção ou

reparação. A pressão sonora na cidade está pois relacionada com fatores antropogénicos bem conhecidos e para os quais são necessárias intervenções de fundo devidamente fundamentadas. -----

----- Outras atividades ruidosas menos generalizadas mas igualmente frequentes estão ligadas ao divertimento e atividade festivas ao entardecer e durante a noite. São estas as mais faladas as mais gravosas quando localizadas em zonas mistas ou zonas de habitação. -----

----- Finalmente um último grande grupo de problemas de ruído está relacionado com as habitações e é da responsabilidade dos moradores ou de atividades comerciais ou industriais dentro dos prédios, contemplado na Lei como ruído de vizinhança.-----

----- Mas que efeitos negativos são expectáveis na saúde humana da exposição continuada a uma dada pressão sonora. A natureza do ruído também influencia? Os níveis de efeito são mensuráveis? Todos estamos expostos? Existem grupos populacionais mais sensíveis? -----

----- O ruído como energia sonora atinge o corpo humano por inteiro mas particularmente o tímpano como elemento mais sensível do ouvido. A energia provoca alteração do sistema hormonal e o seu desequilíbrio vai levar a queixas, alterações somáticas e a modificações de estado de saúde relevantes. Naturalmente que não falamos aqui da surdez profissional, doença relacionada com o ambiente de trabalho onde os valores de intensidade e tempo de exposição são muito superiores ao ruído ambiental. -----

----- As alterações mais comuns provocadas pelo ruído ambiente são os distúrbios extrínsecos do sono, com baixa qualidade do sono e consequências na redução da performance pessoal e profissional. A insónia e os sonos de pequena duração são exemplos das queixas mais frequentes. -----

----- Decididamente só com valores de pressão sonora inferior a 30 dB(A) estará a generalidade da população a salvo de efeitos negativos. Digo generalidade porque como iremos comentar mais adiante existe um largo grupo de populações vulneráveis e suscetíveis a quem esta regra não se aplica. -----

----- O segundo grupo de comprovados efeitos negativos relacionados com o ruído ambiental são os riscos cardiovasculares. O aumento da pressão arterial sistólica e diastólica bem como da frequência cardíaca e da vasoconstrição periférica são observáveis para um ruído superior a 60 dB(A). As lesões mais graves como enfartes do miocárdio resultam de longas e continuadas exposições. -----

----- O terceiro grupo de consequências da exposição ao ruído está relacionado com o sofrimento mental. Não está provado que o ruído provoque doenças mentais, no entanto desencadeia ou agrava situações predisponentes. A irritabilidade, a ansiedade e o stresse acrescido bem como o desencadear de depressão fazem parte do quadro habitual. -----

----- Na nossa Lisboa noturna de hoje deparamo-nos com situações críticas que não respeitam a Lei do Ruído DL n° 9/2007 de 17 de Janeiro e pior ainda não respeitam a saúde dos moradores.-----

----- Aqui vale a pena fazer algumas reflexões sobre a aplicação da Lei e das suas limitações. São estabelecidos indicadores de ruído diurno, entardecer e noturno com os respectivos horários, das 7 às 20 horas; das 20 às 23 horas; das 23 às 7 horas com valores referenciais de ruído máximo a admitir. Primeira questão como garantir o descanso e bem-estar dos trabalhadores por turnos e noturnos.-----

----- Para a Lei o s cálculos das medições do ruído de longa duração são valores médios, isto é uma amálgama matemática de valores altos e baixos e muitos casos representativa de um ano. Basta um pico alto numa média baixa para afetar a qualidade do sono. Segunda pergunta como garantir que as avaliações acústicas medem o grau de incomodidade ou perturbações da saúde? -----

----- Nas avaliações acústicas comparativas normalmente complexas visam determinar se o ruído produzido e alvo de queixa é superior de 3 a 5 dB(A) ao ruído de fundo. Invariavelmente os resultados ficam aquém da expectativa do queixoso. Nos casos de manifesta gravidade a intervenção da Polícia e da Câmara Municipal tem de ser mais concertada e efetiva. -----

----- Por princípio não existem restaurantes e casas de divertimento silenciosas nem mesmo aquelas que têm um interior devidamente insonorizado. Normalmente a saída ou entrada de clientes ao entardecer e durante a noite é a causa de ruído perturbador. Terceira pergunta como valorizar e avaliar o ruído de vizinhança? Como proteger a saúde das populações? -----

----- Aqui temos de ir para além da Lei do ruído essencialmente tecnocrática e que não leva em linha de conta que o problema do ruído não é só um poluente ambiental mas também um determinante da saúde e como tal cabe à saúde pública uma intervenção pertinente. -----

----- Os critérios de saúde pública são mais sensíveis e adequados ao controlo do ruído incómodo nomeadamente noturno.-----

----- A cidade noctívaga em espaço urbano é na generalidade das situações incompatível com a qualidade de vida cidadina.-----

----- O direito ao descanso e ao sossego continua a ter uma resposta muito lenta por parte das Câmaras Municipais que ficam enredadas nas medições acústicas, os tribunais não valorizam suficientemente a jurisprudência e às forças policiais falta muitas vezes a sensibilidade e a competência para mediar estes casos. Raramente recorreram aos serviços de saúde pública. O panorama continua a ser de relativa impunidade dos barulhentos e da generalidade falta de civismo dos prevaricadores. ----

---- Por fim queria valorizar a situação das pessoas suscetíveis ao ruído em andares e prédios com baixo isolamento sonoro. Posso com médico de saúde pública testemunhar o real sofrimento de dezenas de situações de conflito ente moradores devido a ruídos comuns, mas também, confirmar o real incómodo dos estabelecimentos privados com uso público que têm horários que vão para lá do fim do entardecer (23 horas) e que tendem a esvaziar de habitantes os locais onde se instalam.-----

---- A limitação de horário em zonas urbanas sensíveis e nas zonas mistas tem de ser mais rigoroso e absoluto. -----

---- Os estabelecimentos noturnos (depois das 23 horas) só devem ser permitidos em zonas não habitacionais. -----

---- Muito obrigado.” -----

---- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado também pelo seu contributo e queria agradecer a todos os meus colegas de Mesa desta 1ª parte, s diversos contributos, as visões distintas mas complementares e que completam a diversidade da nossa cidade, as experiências trouxeram vão ser seguramente úteis.-----

---- Eu iria convidá-los a sentarem-se agora daquele lado para assistirem à 2ª parte deste debate e convidava também os relatores a acompanharem-me agora nesta 2ª parte. -----

---- Eu me iria arriscar propor seguinte, cumprimos o horário, aliás, com a ajuda de todos e algumas questões que ficaram, eventualmente, por ser partilhadas, poderiam sê-lo agora, na 2ª parte, em função de como correr o debate e das participações que tiveram. Mas sugeria que os meus colegas de Mesa que quisessem o pudessem fazer durante a 2ª parte do debate. -----

---- Bom, vamos então dar início à 2ª parte, eu por lapso, não fiz uma referência, relativamente ao painel anterior, algumas das pessoas que intervieram traziam intervenções escritas ou suporte que foi passado em *Powerpoint*, e eu com respeito naturalmente, por cada um, mas desafiava a que pudessem deixar esses contributos com a Assembleia Municipal, será muito útil para o nosso trabalho. -----

---- Vamos então passar à 2ª parte, renovando os meus agradecimentos e os nossos agradecimentos pela presença de todos. Nesta 2ª parte temos um conjunto de entidades que foram desafiadas a participar no debate. Teremos também algum tempo para quem quiser usar da palavra e teremos, numa fase final, um espaço para a intervenção dos Grupos Municipais. -----

---- Eu iria começar por dar a palavra a Vigília da Ascensão Lopes da Associação ‘A Voz do Bairro’. A Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia e de Santa Catarina.” -----

---- **A Senhora Vigília da Ascensão Lopes, Associação ‘A Voz do Bairro’**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Sou a Vigília, sou da ‘Voz do Bairro’ da Freguesia da Misericórdia. -----

---- Portanto, falando em nome dos moradores da minha Freguesia que são um bocadinho sacrificados, na medida em que, nesta Freguesia está o Bairro Alto, a Bica, Cais do Sodré e agora até Santa Catarina com, sobretudo, com aquele belo bar que é o Parque, que é um bar a céu aberto por cima de um parque de estacionamento que, desde que começa até acaba, há desacatos em termos do próprio parque há carros que são estragados, etc. -----

---- Independentemente disso, quero dizer que estamos numa fase de adaptação, estamos numa fase de adaptação a este grande movimento de turismo que tivemos de repente e que assolou por todo o lado e que faz barulho em todo o lado e que causam insegurança, as bebidas, toda a gente quer ganhar muito dinheiro com os turistas, vendem-se bebidas, drogas, vende-se tudo na rua, à noite, e o barulho e as

consequências disso, e a própria insegurança e desacatos e violência, são consequência disso tudo.-----

----- Realmente a regulamentação, pronto, como ponto positivo já algumas coisas, tais como a regulamentação dos diversos estabelecimentos.-----

----- Mas a isso não é tudo porque há crise, os portugueses não têm dinheiro, muitos dos estrangeiros também vêm com dificuldades, e vai tudo comprar bebidas e vai tudo para a rua fazer a festa.-----

----- O que é que isto implica é um bocadinho incontrolável, se não houver fiscalização e policiamento, portanto, a polícia é fundamental, é fundamental como dissuasora, é fundamental procurando, com multas, com atitudes que lhes dizem respeito e cada uma das polícias têm os seus métodos e as suas competências, são eles de que a nós, neste momento, precisamos mais.-----

----- Precisamos que, realmente, o barulho, com já foi aqui falado, a violência, a violência não, não queria passasse para lado nenhum, mas o maior barulho passasse para a orla marítima e não incomodasse as pessoas que moram nas suas casas.-----

----- Na minha Freguesia é uma Freguesia histórica, é uma Freguesia de edifícios muito antigos e as propostas de alterações das janelas, etc., que alguns podem fazer, a maioria não pode, porque há muita gente de idade com reformas muito pequenas e que alugam as casas a Senhorios que até agora não tiveram grandes lucros e que, por isso mesmo, lhes fazem pressão para que se vão embora e para os substituir, os andares por alojamentos locais. Alojamentos locais, muitas vezes, sem condições também, de insonorizações, que dão má vizinhança, porque toda a gente é assim, estamos numa altura, em que toda a gente quer a ganhar dinheiro fácil.-----

----- Em termos de soluções e acho que isso é o mais importante, portanto, nós achamos que o policiamento, a videovigilância, a medição dos decibéis nos pontos negros da cidade, tudo isso fosse uma atitude a tomar, mas uma atitude que, como eu já disse no debate anterior, não servisse só para olhar para o boneco, servisse de realmente, como testemunha, como a prevenção e, inclusive, das várias atitudes menos próprias no meio do público.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado pelo contributo que nos trouxe.-----

----- Eu iria, antes de chamar a 2ª pessoa inscrita, dizer 2 coisas.-----

----- Em 1º lugar pedir para que as intervenções se contivessem num intervalo de 3 minutos.-----

----- Em 2º lugar, perguntar se algum dos intervenientes tem algum inconveniente quanto a gravação que a Assembleia Municipal faz das intervenções que ficará como registo desta reunião e para a ajuda dos trabalhos desta casa, mas se alguém vir um inconveniente nesse sentido, obviamente, não será gravado, peço só para que, se for caso, me sinalizem.-----

----- O Senhor Manuel Morais da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia nos viesse trazer o seu contributo, agradecendo a sua presença e pedindo, uma vez mais, que procurasse conter a sua intervenção nos 3 minutos. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Manuel Morais, Associação Sindical dos Profissionais da Polícia,**
no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. Mesa e restantes convidados.-----

----- Tendo em conta o tempo vou tentar resumir àquilo que é a ação da polícia também nestes casos e queria-vos deixar, desde já, esclarecido um ponto que é fundamental.-----

----- A polícia de proximidade que é aquela que deveria existir para proteger os cidadãos e a garantia dos cidadãos, deixou de estar no horizonte das polícias portuguesa, portanto, a PSP à qual eu pretendo, sou da Unidade Especial de Polícia, como das outras polícias que existem. A polícia portuguesa, neste momento, é uma polícia reativa, a forma como atua é quanto há os problemas, vai acudir a esses problemas, se assim se pode dizer.-----

----- O que quer dizer que aquele verdadeiro polícia de proximidade que está no sonho de quem pretende uma polícia para o povo, uma polícia para as pessoas, uma polícia para os cidadãos, está fora dos horizontes, neste momento. Se calhar, teremos que rebobinar a questão e começar a trabalhar para que, efetivamente, exista essa polícia de proximidade.-----

----- Não quer dizer por isso que deixamos de fazer o nosso trabalho, não é nada isso, mas com limitações óbvias, porque as polícias reativas, como sabem, estão muito mais dotadas para atuar do que para prevenir e, como todos entendem nesta sala, prevenir, se calhar é, em todos os tipos de crimes e de incivismos, é a forma mais correta das polícias atuarem a montante.-----

----- Não tenho muito mais a dizer sobre isso. Em relação à videovigilância, tem eficiência se for a uma videovigilância que tenha uma monitorização ao segundo, o que quer dizer que se possa evitar esses crimes, se assim quisermos, porque aquelas videovigilâncias que se pretendem e que se vão impondo não servem. Não servem por motivos óbvios, quem percebe de direito melhor explicaria essa situação do que eu. Agora, uma videovigilância em que seja motorizada ao minuto, como já se viu algures, quem esteve atento, numa praia do Brasil Copacabana, salvo erro, em como as pessoas que estavam a monitorizar percebiam que, naquele local, se estava a reportar um crime ou a preparar-se um crime ou a preparar-se uma incivilidade, aí sim, na atuação no momento tem efeito, o resto não, o resto é só para estatística.-----

----- Voltando à polícia que temos. A polícia, de há uns tempos para cá, e mal, no meu entender, gere aquilo que, os parâmetros sobre uma ordem quantitativa, quer dizer que é fundamental fazer números e parece-me que aquilo que é qualidade, o qualitativo é muito mais importante, perdeu-se esta noção de...-----

----- Digo-vos isto só para vos sensibilizar, porque são coisas que nós temos que trabalhar todos juntos, com certeza, a sociedade também, mas os responsáveis também.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo seu contributo.-----

----- Vou passar a palavra ao Senhor Luís Alves de Sousa da Associação dos Hotéis de Portugal.”-----

----- **O Senhor Luís Alves de Sousa, Associação dos Hotéis de Portugal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cumprimentar a Mesa e todos os presentes.-----

----- De acordo com a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Ambiente, a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, é uma tarefa fundamental do Estado.-----

----- Lisboa é uma cidade onde o impacto que o ruído tem na saúde da população não tem sido, nem devidamente valorizado, nem divulgado. Refiro-me não só ao ruído diurno ou noturno provocado por um número crescente de atividades de diversão, mas também, por exemplo, ao ruído provocado pelos aviões, pelo trânsito, aqui destacando as buzinas com automóveis em 2ª fila, pelas obras, pelos equipamentos mecânicos de recolha de lixo, de jardinagem, entregas de mercadorias, etc.-----

----- Em relação ao ruído provocado pelas atividades de diversão, a lei refere especificamente que não é permitida a sua realização em lugares públicos, nas proximidades de edifícios de habitação, escolares durante o horário de funcionamento, hospitalares ou similares, bem como estabelecimentos hoteleiros e outros alojamentos.-----

----- Ora, o que se verifica é que a lei não está a ser cumprida. Falando especificamente no caso dos hotéis, são frequentes as queixas de clientes relativamente, por exemplo, à música nos quiosques da Avenida da Liberdade, aos eventos e festas no Parque Mayer, na Praça Luís de Camões, Rua do Alecrim, etc., cujo volume dos equipamentos de som e o ruído provocado pelos utilizadores dos espaços, impedem as pessoas de dormir.-----

----- O problema tem vindo a agravar-se muitíssimo nos últimos anos e o ruído, especialmente o ruído noturno, em muitos bairros, é absolutamente intolerável e inaceitável não só para quem nos visita, mas, sobretudo, para quem aí habita. O Bairro Alto, São Pedro de Alcântara, Camões, Santa Catarina, Cais do Sodré, São Paulo Bica, Santos e Janelas Verdes são alguns dos bairros mais sacrificados.-----

----- No entanto, com o enorme crescimento do alojamento local esta situação alastra por toda a cidade, Intendente, Almirante Reis, Bairro das Colónias, Arco do Cego, Alvalade, Avenidas Novas, Estrela, Campolide são já bairros onde o ruído da diversão noturna tem vindo a aumentar exponencialmente.-----

----- Hoje em Lisboa e, talvez um pouco por toda a parte, a cultura de ruído permanente associado ao conceito de bem-estar e diversão instalou-se de tal forma que é praticamente impossível entrar numa loja, estar sentado numa esplanada, num quiosque, no café, ou mesmo entrar no elevador sem ter um acompanhamento musical dito, música de fundo, mais o menos intrusivo que nos impossibilita muitas vezes de conversar e nos obriga a gritar para sermos ouvidos.-----

----- Em alguns locais, sobretudo esplanadas em espaços ou a música está tão alta que se ouve a centenas de metros de distância, perturbando quem está nos edifícios da zona. O prazer da música, de ouvir música, transforma-se em pesadelo.-----

----- É urgente passar da lei e a prática. A prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora deve ser uma prioridade não só para a Câmara e Juntas de Freguesia, mas

também para o Governo já que ela é, como é referido na Constituição, uma tarefa fundamental do Estado, os conflitos permanentes criados pelo excesso de ruído que geram situações de *stress*, em especial no período noturno, criam da população graves problemas de saúde física, psíquica e mental que não podem continuar a ser ignorados. -----

----- É essencial fazer cumprir a Constituição e assegurar o direito ao descanso e ao sossego, salvaguardando a saúde e o bem-estar de quem nos visita e dos lisboetas. -----

----- Solicitamos, assim, uma rigorosa fiscalização. Muito obrigado, bom Natal.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Iria passar a palavra à Senhora Ana Paula Várzea dos Moradores de Santos. Estava previsto intervir na 1ª parte, mas dá-nos o gosto de a podermos escutar agora nesta 2ª parte, por isso, tem a palavra, muito obrigado. ” -----

----- **A Senhora Ana Paula Várzea, Moradores de Santos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá boa noite. E apetece-me pedir silêncio, e não falar. -----

----- Sou particularmente fustigada pelo ruído, porque habito sobre o Largo de Santos, onde, desde há 4 anos, se instalou aquilo que eu chamo a incubadora de delinquência. -

----- Não tenho grande poder de síntese, sou uma registadora intensiva daquilo que se passa na minha frente e tentando, efetivamente, pegar em tudo o que foi dito, que foi extremamente bem dito e todos os pontos estão tocados. Eu gostaria de fazer, particularmente, pôr a tónica naquilo que é os comportamentos e os maus hábitos de muitos jovens, porque aquilo que se passa em Santos é, de facto, um tipo de hábito e de prática, muito levado a cabo por juventude que, neste momento, perdeu o norte, não tem, de facto, noção cívica, pensa que está dentro daquilo que são os hábitos de gritaria gratuita que está muito associado, também, às práticas das praxes. -----

----- Como digo, isto seria, de facto, uma exposição muito longa e talvez até acompanhada de imagens, não sendo possível é fundamental que se atente naquilo que é a educação, o papel da tal polícia de proximidade que não é possível, deveria existir, não só presente para tentar detetar conflitos e agressões, mas numa atitude de educação, que não é feita, tudo isso eu tenha registado. Elevam-se, principalmente neste último ano, o consumo de droga associado sempre ao consumo excessivo de cerveja, só para terem uma noção, eu estou colada a uma pequena tasca, que efetivamente era o que era, e neste momento é um bar, que tem cerca de 40 metros quadrados da área e que descarrega 14 barris de cerveja. -----

----- Só de facto, fazendo a apresentação constante daquilo que ali acontece, vem revelar qual é o uso que fazem do espaço público para terem o seu proveito, o lucro fácil, porque são espaços que não são de divertimento. -----

----- Isto levaria a falar o que é que é o divertimento, para mim o divertimento deveria ter conceito, neste momento, não existe, existe pura e simplesmente o fornecimento de álcool, álcool, álcool sob todas as formas. A cerveja, que é considerada um líquido considerada, talvez, de grau de álcool leve, é consumida em copos de meio litro como

eles, de facto, consomem, com 2, às vezes saem com 2 copos e estão com 2 copos na mão desde as 4 da tarde, quando não começa o bom tempo.-----

----- E paralelamente com a sua liberdade ou a necessidade de terem um comportamento que, no fim, não tem a ver com as aulas, juntam-se a partir da hora do almoço e a partir das da hora de almoço inicia um tipo de prática de berraria de utilização violenta para quem, de facto, vive ali.-----

----- Eu gostaria só de alertar para a questão do consumo de álcool, e esta constante prática de gritaria que os jovens, os muito jovens porque, de facto, ali assistem-se a grupos de juventude abaixo dos 16 anos, que houvesse a partir de um controle, eu não gosto de chamar fiscalização, há palavras que para mim já estão muito gastas, mas que existisse, efetivamente, forma de obviar este drama, que já não é o meu descanso que está em causa é, de facto, observar a perda de qualidade que estas gerações vão ter, por falta de noções várias e de limites.-----

----- Na realidade é isto que tenho a dizer, pura e simplesmente testemunhando todos os dias e sendo violentada todos os dias, porque tudo o resto, os decibéis já mediram, já foram medidos em minha casa, passam os 60 decibéis.-----

----- Devo dizer também que o isolamento das casas, ou o ter-se que fechar a janela, quando nós vivemos na cidade em que, aquilo que eu gosto a ter as janelas abertas porque tenho a casa virada a Sul, quer dizer, não tem sentido para mim. -----

----- A minha casa é para ser fruída com janelas abertas quando, efetivamente, há bom tempo, ou até quando não está bom tempo, eu posso querer ventila-la e não me é permitido. Quer dizer, mesmo problema de reverberação, com as portas fechadas, existe dentro destes prédios antigos. -----

----- Pronto, isto seria uma exposição muito longa que julgo que todos saberão já. Já está sobejamente falado e hoje de facto, falou-se em tudo.-----

----- Pronto é só. Boa noite. “ -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado pela partilha da sua experiência. -----

----- Iria passar a palavra a Isabel Sá da Bandeira da Associação de Moradores ‘Aqui Mora Gente’ . -----

----- Agradeço o documento que nos deixou e que será com certeza útil para registo dos nossos trabalhos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Isabel Sá da Bandeira da Associação de Moradores ‘Aqui Mora Gente’**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Uma boa tarde. Muito obrigada por esta oportunidade e por este debate que é tão importante para os moradores da cidade de Lisboa que muito têm sido fustigados para esta questão do ruído. -----

----- Penso que já foi aqui tudo dito sobre este assunto, sobretudo ouvi a apresentação do Presidente da Associação de Hotéis, que eu penso que diz, que aponta para tudo quanto é preciso e todos os problemas. -----

----- Nós, enquanto moradores, sofremos, sobretudo, o maior problema tem a ver com o consumo de álcool na rua, na via pública toda a noite, este é realmente o grande

problema. No momento em que forem é proibido o consumo de álcool na via pública muitos dos problemas irão desaparecer.-----

----- Isto foi feito em Espanha, acabaram com o *botellón*, onde existia também este problema, acabaram em todas as cidades europeias e nos Estados Unidos e noutras cidades do mundo inteiro. -----

----- Não é possível isto acontecer, nós aqui temos que passar também por isso, também tem que haver da parte da Câmara Municipal uma maior atenção às licenças de ruído, especial de ruído, que dão a muitas entidades ou a coisas privadas, sem qualquer respeito pela pelos moradores à volta, temos sítios que fazem festas com licença especial de ruído até às 3 da manhã em que todas as pessoas à volta não conseguem dormir. Isto também é uma atenção que se pede à Câmara Municipal para não permitir estas coisas, não dar a estas licenças.-----

----- Pedimos um maior policiamento, também já na semana passada aqui foi muito focado este assunto, maior policiamento, a videovigilância é muito importante, uma coima pesada para quem urina na rua, isto é também muito importante, uma grande sensibilização das pessoas para comportamentos que, até há poucos anos eram impensáveis acontecerem na via pública. -----

---- Isto passa por, realmente, há uma mudança na sociedade, os jovens hoje não têm respeito pelo próximo, penso que não tem limites, fazem aquilo que acham que a liberdade deles é fazer aquilo que lhes passa pela cabeça, sem se lembrarem que a liberdade acaba onde começa a dos outros e, portanto, alguém tem que lhes fazer lembrar que não é assim e, portanto, pedimos um maior policiamento, fiscalização, vigilância, sensibilização, todas essas coisas, para nós conseguirmos poder viver de forma digna em Lisboa.-----

----- Eu, a título de exemplo, refira-se que, na minha zona, a Associação ‘Aqui Mora Gente’, começou com cerca de 12 famílias, há 6 anos atrás quando foi fechada a rua Rosa, ou criada a rua Rosa, e estas famílias todas, neste momento, já só sobram duas! Todas as outras partiram, foram-se embora, por não aguentarem este flagelo do ruído. Estas pessoas que saíram foram substituídas por alojamento local, não foram por moradores, o que torna o bairro completamente desertificado. -----

----- Pronto, o resto acho que já está tudo dito. Pedimos então estes assuntos que falámos. Muito obrigada.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado pelo seu testemunho.-----

----- Temos apenas mais uma inscrição nesta fase. Entretanto, depois, abriremos um espaço para a intervenção dos cidadãos presentes que o quiseram fazer. -----

----- Terminaremos com a intervenção dos representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal. -----

----- Eu dava a palavra ao Senhor José Manuel Esteves da AHRESP, que eu proveito também para cumprimentar.-----

----- **O Senhor José Manuel Esteves da AHRESP**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa noite Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, uma saudação especial à Assembleia Municipal por promover este debate, segurança e qualidade de vida, tudo é pouco.-----

---- Se permitem uma nota muito breve. Sou alfacinha, nasci há 71 anos, no Rossio, no Arco Bandeira, por razões de não ter capacidade pessoal, desloquei-me, deixei de morar em Lisboa há muitos anos, por razões económicas, e não podemos, por isto, deixar de sentir a nossa Lisboa a palpitar.-----

----- Uma nota relevantíssima, Portugal acabou de ganhar há 2 dias o prémio mundial do melhor país como destino turístico no mundo. Lisboa foi eleita a melhor cidade destino turístico do mundo. É uma realidade, é incontornável. Podemos rejeitar, podemos querer voltar à idade média ou podemos aceitar isto pleno direito.-----

----- Estamos a crescer, felizmente para nós, eu, pessoalmente, todos nós, ninguém nesta sala, não tem um retorno económico ou social diretamente do turismo, de certeza que tem um familiar ou um conhecido, um vizinho que usufrui deste crescimento, destas dores de crescimento que todos temos.-----

----- Agora tínhamos também algum cuidado com os discursos fundamentalistas, desde os abstémios, desde os que não querem alojamento local, como se o alojamento local fosse alguma coisa má que não desse rendimento a quem precisa, sobretudo e é esses que estão a beneficiar, desde outros discursos que assistimos aqui, por isso temos é que nos sentar e conversar.-----

----- Por isso os nossos parabéns à Assembleia Municipal e ao que já foi sugerido e voltar a insistir.-----

----- É urgente promover um debate mais calmo mais tranquilo, criando grupos ou um grupo de trabalho que faça este debate e que não a agregue só sentimentos como aquele que ouvimos falar hoje, havia aqui uma pessoa que dizia que os estabelecimentos, e já nem sequer referiam que tipo de estabelecimentos era, à noite, temos estabelecimentos de saúde, hospitais, estabelecimentos culturais, estabelecimentos etc., porque todos geram desde os seus ruídos, aos seus movimentos, aos seus fluxos, estabelecimentos religiosos, etc. Bom, os fundamentalismos estão a vir ao de cima no discurso e devemos evitar isso porque é serenamente, e o que a Assembleia Municipal está a fazer é promover este debate, e já a semana passada foi relevante, estão-se a criar sofismas, mas a agenda, como todos sabemos, passou a ser a agenda das redes sociais, já não é a agenda dos políticos, já não é a agenda nem sequer da imprensa escrita, falada ou televisiva e temos de ter cuidado e temos que todos parar.-----

----- A autarquia está envolvida, está comprometida, é bom sinal, contem com a nossa colaboração.-----

----- Agora, por favor, sem discursos pedagógicos, fundamentalistas, vamos conversar e debater. Porque todos sabemos que o turismo não vive sem a animação e o lazer e o turismo não vive sem o alojamento local, não vive sem determinados transportes, etc. -

----- Tem que se refletir e ninguém é dono da verdade, muito obrigado, Senhor Presidente pelo tempo que me permitiu intervir, mas, sobretudo algumas notas que nos chocam. Foi aqui dito que há ruídos excessivos no bairro tal, no bairro tal,

porquê? Interessa a uns e não interessa a outros? Agentes do turismo estiveram hoje aqui a dizer que não aceitam o ruído no bairro tal ou no bairro tal, porque, se calhar, pensam que o turismo sem animação e sem lazer não é possível. Fechamos a cidade e voltamos à Indústria, industrializamos a cidade, podemos criar aqui umas fábricas de qualquer coisa ou encontrar outras, ou ser uma cidade só de *start ups*, se calhar, qualquer dia, também encontramos defeitos nas *start ups*. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. E, por favor, com serenidade, insisto, criar um grupo com especialistas que possa refletir serenamente sobre esta matéria, contarão com o apoio da AHRESP. Muito obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo contributo e também pela disponibilidade a que a AHRESP, aliás, já nos habituou, e ainda bem. -----

----- Terminada esta fase, temos um conjunto de 6 cidadãos inscritos a quem eu irei dar a palavra. -----

----- Começando pelo Senhor Fernando Pereira por favor.” -----

----- **O Município, Senhor Fernando Pereira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, à Mesa, à Presidente da Assembleia, aos Senhores Deputados, ao público presente. -----

----- Eu falo em nome de duas casas que tenho no Cais Sodré, o Jamaica e o Tóquio, mas também falo como Presidente da ‘Associação Cais Sodré’ e falo em nome também dessa associação, porque represento a maioria da opinião dos associados. -----

----- Como o tempo é pouco, eu vou-me debruçar sobre a questão da segurança, dos problemas de segurança. -----

----- E vou só fazer aqui 3 ou 4 apontamentos em relação a algumas situações que aconteceram nestas últimas 2 semanas. -----

----- Quinta-feira, 23 de novembro, um funcionário do bar Jamaica, saiu do barco que o transportou para vir trabalhar e foi assaltado, roubaram-lhe 20 e tal euros, e porque tinha deixado de telefone e a carteira em casa. -----

----- Sexta-feira, 24 de Novembro, portanto, no dia seguinte, uma hora, um músico que ia atuar no concerto no Tóquio, depois de estacionar o carro na zona de cargas e descargas do mercado da Ribeira é assaltado. Roubaram-lhe o dinheiro e o telemóvel, encostaram-lhe uma faca às costas para irem com ele levantar dinheiro, a sorte dele foi que tinha só a caderneta da Caixa Geral de Depósitos e a agência mais próxima da Caixa Geral de Depósitos é muito longe. Referiu que nunca mais iria tocar ao Tóquio enquanto as condições de segurança não estivessem asseguradas. -----

----- Sábado, 25 de Novembro, 2 horas, Cais do Pirata, funcionários e seguranças do Cais do Pirata são agredidos no Cais do Sodré. -----

----- Segunda-feira 4 de Dezembro, as agressões entre os adeptos do Basileia e alguns dos seguranças que todos conhecemos e que todos vimos em imagens, mas essas imagens que não refletem nada do que se passou. As imagens são brandas em relação àquilo que se passou. Os funcionários do Tóquio, a única casa que eu tenho aberta à segunda-feira, esteve fechada, os funcionários e os clientes estiveram fechados largos

minutos dentro da casa, a tentar evitar que os agressores entrassem, recebi um SMS às 3 da manhã, um pedido de demissão de um dos funcionários que falta de condições de segurança. -----

----- Com este pequeno resumo que fiz, o que é que eu quero demonstrar? Quero demonstrar que há, efetivamente, falta de segurança nas ruas de Lisboa à noite. -----

----- Se assim não fosse a Associação não pagava policiamento gratificado estar na rua em todos os dias de maior movimento. Não deveria ser em todos os dias de maior movimento, devia ser todos os dias. Como se viu na noite em que os adeptos do Basileia passaram por lá. -----

----- Se nós acrescentarmos a isto que fomos considerados a melhor capital turística do mundo, que somos considerados, Lisboa, o melhor destino para curtas estadias, eu acho que as pessoas que vêm cá não vêm para ver a Torre de Belém, 2 vezes ou o Mosteiro dos Jerónimos, eu acho que as pessoas vêm cá... -----

----- Eu vou ser rápido. -----

----- As pessoas vêm cá, porque comeram bem, porque se divertiram, porque conheceram pessoas, então é necessário que, quem decide, com a nossa ajuda, e nós sempre estivemos dispostos para o fazer, que exista uma política para este setor, uma política que seja clara e uma política em que todos os empresários do setor saibam que a 5 ou 10 anos, aquela política vai ser seguida e que não seja alterada por 'dá cá aquela palha', como tem acontecido ultimamente. -----

----- É necessário policiamento de proximidade, não é policiamento ao lado de cada casa, é policiamento a circular como acontece em cidades que, muito provavelmente, muitos de nós já conhecemos no estrangeiro, com um sistema de videovigilância como foi referido pelo agente representante da Associação Sindical da PSP e que tenha o sistema de videovigilância com agentes presentes e que informem agentes que estão a circular pela cidade. -----

----- E se os seguranças são considerados um problema. Então não se limitem a fazer uma alteração como aquela que está prevista à lei da segurança privada, para co responsabilizarem os estabelecimentos em tudo o que de grave a acontecer." -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Vou passar a palavra Senhor Pedro Vieira e segue-se depois a Senhora Dona Raquel Paisana." -----

----- **O Município, Senhor Pedro Vieira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Boa noite a todos. -----

----- Eu começava por agradecer esta oportunidade e por vos querer dizer que acho que há alguns problemas que foram aqui debatidos que não têm propriamente a ver com a noite, são problemas sociais, são problemas de falta de civismo, são problemas de vária ordem e que, como é evidente, também acontecem à noite, mas não acontecem só noite. -----

----- Gostava de ressaltar que a importância deste setor é muito grande, que ganhámos um prémio, já foi aqui referido várias vezes. Uma das coisas porque Portugal é distinguida a nível de turismo é pela sua segurança. Sabemos que, neste momento,

isto é um bem precioso e a segurança não é só a segurança que existe, é a percepção de segurança que nós temos. É muito importante que haja consciência disto e que a percepção que nós transmitimos de que Portugal é seguro e de que é seguro as pessoas virem para Portugal e saírem à noite e beber um copo ou jantarem fora, tem que se manter.-----

----- Para isso, nós achamos que é preciso um trabalho conjunto entre a segurança pública, a segurança privada e os empresários deste setor. Tem que haver uma proporcionalidade de meios no terreno em função do número de utilizadores que estão nas zonas noturnas, tem que haver uma ligação direta no terreno entre quem efetivamente está a operar entre os operadores e as polícias, por forma a minimizar os tempos de resposta para situações como esta que aconteceu no Cais do Sodré.-----

----- Esta que aconteceu no Cais do Sodré é um exemplo de uma complementaridade que pode ser feita entre a segurança privada e a segurança pública, mas não nos parece é que caiba, exclusivamente, aos empresários da noite, assegurarem este trabalho, acho que tem que haver uma plataforma de várias entidades para chegarmos a soluções, um debate que não seja carregado de estigmas, que não venha com soluções avulsas e com decisões discricionárias, não é por se fechar a casa A ou a casa B que se resolve o problema da noite, não é por se encurtarem os horários que as coisas ficam resolvidas.-----

----- Se efetivamente já existem limitadores de com e se eles existem para minimizar o impacto que têm na população então, deixem as casas trabalhar! Muito obrigado, boa noite.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Passava então a palavra à Senhora Raquel Paisana e segue-se depois o Senhor Paulo Antunes.”-----

----- **A Muni cipe, Senhora Raquel Paisana**, no uso da palavra fez a seguinte interven o:-----

----- “Boa noite a todos. Muito obrigada, uma vez mais, por esta oportunidade.-----

----- Embora hoje venha em qualidade pessoal, sou também Presidente da Associa o de Moradores das Avenidas Novas.-----

----- Ouvi com interesse o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa falar-nos sobre a evolu o dos horários do comércio e da restaura o, com o respetivo regulamento que foi feita, com a separa o das zonas residenciais das não residenciais, e da maior fiscaliza o da Câmara no nível de segurança e do ruído levantando autos da Polícia Municipal e da PSP também.-----

----- Também o representante AHRESP que nos veio dizer que não são os comerciantes que têm responsabilidade do comportamento dos seus clientes fora de estabelecimentos, reconhecendo, no entanto, ser necessário maior policiamento.-----

----- Mas todos sabemos que são estes estabelecimentos que fazem o chamariz para um consumo excessivo de álcool, ninguém   contra o divertimento, ninguém   contra a movida da noite, agora, somos contra o tal consumo excessivo, atrás dele vêm as drogas, e assim, mesmo depois do fecho dos estabelecimentos, os consumidores ficam, se necessário, toda a noite já que os níveis de permissividade são totais.-----

----- A saúde pública fica então em 2º lugar, o direito ao sono, chega a haver noites seguidas em que não é possível dormir, a habitabilidade das zonas residenciais não existe, esquecendo-se que as construções de prédios e respetivos apartamentos, até aos anos 60, não estão suficientemente insonorizados, e mesmo nas zonas centrais mais recentes, por exemplo, eixo Marquês de Pombal, Avenida República, Desde o Alto do Parque à Almirante Reis, só para referir algumas, nessas zonas, mesmo com vidros duplos, ou janelas duplas, o ruído prolonga-se por toda a noite.-----

----- Assim, para além daqueles ruídos que o Professor Silva Santos nos falou, que são feitos durante o dia, há também os da noite que vêm, quase exclusivamente, dos divertimentos dos estudantes, não só universitários, mas também já do secundário e de marginais. Divertimentos, volto a dizer, excessivos.-----

----- Porque não um regulamento camarário proibindo o consumo de álcool na via pública? Sabemos que há milhões de euros em jogo, O Senhor Presidente da AHRESP já nos disse. E portanto, chegamos a esta conclusão, parece que esses milhões de euros, de facto, têm primazia sobre a saúde pública dos residentes, muitos deles trabalhadores que, no dia seguinte, precisavam de ter dormido o suficiente para trabalhar melhor.-----

----- Não há aqui fundamentalismos, o fundamentalismo que há é contra a ganância. Não há aqui dores de crescimento, porque qualquer dia são dores de apodrecimento. Não nos iludamos.-----

----- A história da cidade um dia fará o balanço destas opções que os atuais responsáveis estão fazendo. Dinheiro versus Saúde Pública. Muito obrigada.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Passava então a palavra ao Senhor Paulo Antunes seguindo-se depois o Senhor Luís Paisana.”-----

----- **O Município, Senhor Paulo Antunes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite a todos.-----

----- Eu acho que a solução para o problema em si, é uma questão muito simples, já no dia 5 eu estive cá, e volto a dizer, é o seguinte, chama-se educação em casa! Porque se nós temos menores a beber álcool na noite tem a ver com a educação em casa e aí não podemos fazer nada.-----

----- Relativamente à PSP, da associação, eu não represento a PSP, nem sou, mas sou do tempo em que se respeita uma farda e eu respeito a farda. E é assim, a PSP não tem as costas largas, a PSP não tem elementos e já não tinha no passado, depois dispensou para a Polícia Municipal, continua a não ter, a PSP tem 700 viaturas imobilizadas, avariadas, por isso, não conseguimos ter um PSD para cada cidadão, por isso, o policiamento das zonas noturnas é quase impossível de se fazer, o fecho do ‘Urban’ não foi solução. O fecho do ‘Urban’ tinha ‘N’ queixas antes, tinham que ser vistas e analisadas pela Câmara se intervisse logo.-----

----- Ontem morreu um segurança, também havia ‘N’ queixas sobre o ‘Bairro Latino’, se intervissem logo, se calhar, não morria um segurança ontem.-----

----- Por isso, eu acho que é assim, não vamos conseguir ter polícia, tão depressa, em volume suficiente para a noite que temos, enquanto insistirmos em termos Ministros da Administração Interna que não são operacionais, mas continua a ser, saiu de lá uma advogada, entrou um advogado e são essas pessoas que gerem polícias, que não têm nenhuma definição do que é estratégica de terreno, não têm noção do que é ser polícia, e então metem pessoas dessas, sem qualificação, passo a expressão, porque qualificação terá enquanto advogado, mas não enquanto polícia. Por isso não há polícia suficiente para se fazer a temos passar pela educação das pessoas e pelo civismo. Obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo seu contributo. Passava então a palavra ao Senhor Luís Paisana e segue-se o Senhor João Martins.” -----

----- **O Município, Senhor Luís Paisana**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite. Agradeço a oportunidade de podemos falar sobre este grave problema da cidade de Lisboa e, sobretudo, das zonas históricas e de divertimento. Eu venho na qualidade de munícipe, morador, apesar de fazer parte da Associação de moradores do Bairro Alto, de uma Federação de Associações de Moradores e de participar ativamente num grupo de cidades europeias que têm problemas semelhantes, de uma rede que se chama ‘Réseau Vivre la Ville’ e, portanto, comparamos um pouco estas situações. -----

----- O ruído, de facto, é um atentado contra os direitos humanos e essa é uma realidade, seja de diversão noturna, seja de transportes, seja de que origem for, isso já nos foi bem explicado aqui pelo Doutor Carlos Silva Santos. -----

----- Abordo mais o problema da diversão noturna porque vivo no Bairro Alto, participo ativamente nas questões relacionadas com o ruído e na tentativa de arranjar soluções e para este equilíbrio e, mais uma vez é dito que ninguém está contra o encerramento de estabelecimentos e nem contra a diversão noturna. Esse, de facto, é um argumento que é muitas vezes utilizado para apoiar tudo o que se faz em termos de noite. -----

----- Há uma realidade que é o despovoamento do centro da cidade e esse também é muito devido a este tipo de problemas, para além de outros.-----

----- E os turistas vêm a Lisboa, que é o turismo local mais escolhido mundo, não só por questões de segurança, também por questões de, querem ver o que Lisboa é, a caracterização da cidade, e a cidade está-se a descaracterizar e esse é um aspeto que muita gente não está preocupado. -----

----- Em relação ao ruído, o ruído de vizinhança é um ruído que tem aparecido pelos alojamentos locais e há que tomar medidas, porque estamos sujeitos a estar em nossa casa e ter alguém que alugou alojamento local e tem uma festa e ninguém dorme durante a noite. -----

----- Sugestões soluções. Quem é registado como alojamento local se tiver queixas deste tipo de comportamentos, a licença tem que lhe ser retirada durante um determinado tempo, ou perde a licença e a polícia, quando é chamada e vai local, tem

que fazer esse reporte e muitas vezes desvaloriza, em muitas situações desvaloriza esta situação.-----

----- O regulamento de horários foi um regulamento em que participámos e eu participei ativamente. É, de facto, um avanço em termos de controle dos ruídos de determinados estabelecimentos, no entanto, a fiscalização não tem sido eficaz, continua a haver estabelecimentos, depois das 11 horas, continuam de portas e janelas abertas, a fazer ruído e, pelos vistos, a única questão que se coloca é: tem que haver queixas de moradores. Quem vive nestes bairros há muitos anos vai perceber que qualquer queixa de moradores é arriscado, somos ameaçados, estragam-nos, por exemplo, património e, no final, não acontece nada, portanto, além das queixas de moradores, tem que haver uma fiscalização das diferentes autoridades, com medidas eficazes. -----

----- Finalmente, em relação ao ruído que vem da rua, ele é, essencialmente, devido ao consumo de álcool, propomos há muitos anos e não nos vamos calar, propomos a proibição do consumo de álcool na via pública a partir das 10 horas da noite. E sabemos que o álcool barato provoca comportamento diretamente relacionados com comportamentos de ruído e comportamentos de jovens que quanto mais barato, e é muito barato, é mais barato que a água, talvez seja dos poucos países do mundo onde o álcool é mais barato que a água, provoca esse tipo de comportamentos.-----

----- Portanto, estes problemas que têm sido falados, vamos andando muito devagarinho, mas, de facto, é preciso medidas urgentes para este equilíbrio, enquanto há moradores nestas partes da cidade. Muito obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo seu testemunho. Passava então a palavra ao Senhor João Martins e segue-se depois o Senhor Vítor Campos.”-----

----- **O Município, Senhor João Martins**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. O meu nome é João Martins, sou investigador em Estudos Urbanos e faço também parte do grupo de investigação *LXNIGHTS*.-----

----- A minha intervenção era para recordar um projeto de que teve uma importância fundamental no território do Cais Sodré, foi um projeto financiado entre 2015 e 2016, ao abrigo do BIP ZIP que teve a possibilidade de, alguns dos intervenientes aqui já falaram, nomeadamente o Fernando Pereira e as Associações de Moradores, de criar um fórum de discussão entre empresários, utilizadores na noite, quem pensa a noite, para pensar esse território do Cais do Sodré. Eu que estive em todos essas reuniões em que também estiveram entidades públicas, nomeadamente, a Junta de Freguesia da Misericórdia e da Municipal de Lisboa, foi muito positivo o ambiente e as conclusões e o caminho que estava a seguir nesse processo. Esse processo tinha como base uma questão muito importante, que é uma certificação dos bares que ali do Bairro Alto, 8 bares foram certificados em segurança e saúde na noite e qualidade e foi também um processo em que se falou sobre saúde pública, falou-se sobre segurança, falou-se sobre atendimento e a tentativa de salvaguardar a segurança e de uma noite mais

segura e, naturalmente, também uma intervenção a nível dos consumos substâncias psicoativas.-----

----- O território Cais do Sodré veio demonstrar coisas muito interessantes, em primeiro lugar, uma perda significativa de população, a população residente mas, ao mesmo tempo, também um aumento de população, de uma determinada categoria, com classes sociais mais elevadas, com um rendimento mais elevado e que, naturalmente, pede um tipo de espaço residencial específico que não existe noutros territórios, naturalmente que, e aqui acho que foi muito claro também, a criação de um discurso que poderia adjectivar de moralista, na medida em que se entra numa dinâmica de decidir aquilo que determinadas partes da cidade devem ser, ou seja, partes de 100% residenciais e que nós sabemos qual é o efeito destas áreas 100% residenciais, normalmente, ou concentra populações de muito baixos recursos e com grande capacidade de exclusão social ou, por outro lado, também populações com elevado rendimento que quer um tipo de vida e que, o preço que paga pelo preço por metro quadrado, naturalmente, que altera o tipo de exigências que faz à Câmara Municipal, à polícia e a todos os agentes que estão presentes.-----

----- Por outro lado, acho que é fundamental para terminar, penso que esta questão que também foi determinante no fecho do projeto em outubro de 2016, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Vereadora do pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local demonstraram interesse. É que se este processo se alargasse era é muito importante. Estamos aqui um ano depois a falar sobre a noite de Lisboa e a discutir a noite de Lisboa e esperemos que, para além do Cais do Sodré, outras zonas sigam, nomeadamente, o Bairro Alto, nomeadamente, a Bica, nomeadamente, a zona de Santos, nomeadamente a Rua dos Remédios e a dinamização que acontece no eixo de Santa Apolónia, a dimensão que há agora em Campo de Ourique.-----

----- Todos estes territórios da cidade de Lisboa estão a alterar-se, como a AHRESP disse, de forma correta, são um suporte financeiro da cidade e temos que fazer escolhas. Se queremos de turistas e sabemos que os turistas vêm por uma questão muito relacionada com a noite, temos também que fazer escolhas e temos que pensar de que forma é que esta noite pode ser mais segura e de qualidade.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado pelo contributo que nos trouxe. Passava então a palavra ao Senhor Vítor Campos.”-----

----- **O Município, Senhor Vítor Campos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite. Eu sou empresário de hotelaria e aquilo que venho aqui dizer é simples.-----

----- Há Associações Moradores que têm razão, claro que têm. Os hoteleiros estão em pânico? Claro que estão. O que é que se passa aqui? É que nós temos uma lei do álcool exatamente idêntica à lei do tabaco, que é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. E então o que é que se passa aqui com a Lei do álcool? Eu por exemplo, no meu estabelecimento isto já me aconteceu, chegar uma pessoa que eu vejo que tem mais de 40 anos, pede-me 2 whisky, eu sirvo-os, viro as costas e passado

pouco tempo, vejo que um dos corpos está na mão de alguém que tem menos idade. Como é que eu resolvo este assunto? Eu não consigo. -----

----- O problema do álcool só passa aqui por um aspeto. A interdição a menores de 18 a partir, eu penso das 11 horas da noite, que é quando fecham as portas. E o outro ponto, também extremamente importante, seria o consumo de álcool na via pública, ser restringido o horário, à exceção do período dos Santos Populares ou então festas devidamente autorizadas pelas Juntas de Freguesia que é que tem um conhecimento completo local. -----

----- Agora, isso são Leis nacionais, a questão do consumo do álcool, como o consumo do tabaco. Vejam só, porque, no fundo, estamos aqui de costas viradas uns para os outros isto não resolve nada. -----

----- Agora temos que encarar isto frente e para encarar isto de frente passa, como já disse aqui um dos membros de uma Associação, fazer uma restrição consumo de álcool na via pública, eu propunha às 11 horas, porque é a hora a que os estabelecimentos têm que fechar a porta. Mas também pode ser às 10, pronto, não é por aí. -----

----- O outro era a proibição total da entrada de quem tenha menos de 18 anos em estabelecimentos que vendam álcool a partir de uma certa hora. Porque isto depois torna-se impossível a gestão disto tudo. -----

----- É claro que a questão do barulho da via pública. É verdade que a questão do consumo e quantidade copos plástico, são milhões de copos de plástico, milhões, não estou a exagerar. -----

----- Na Rua da Rosa chega a ser um mar de copos de plástico é uma coisa, enfim. -----

----- É assim, eu fiz uma experiência que, durante um fim de semana, não vendi álcool para a rua, em copos de plástico, pedi a um outro bar que estava junto de mim para fazermos a experiência e o resultado foi uma coisa brutal. A rua, no final da noite não parecia a mesma. -----

----- Agora, isto é assim, ou há coragem e nos reunirmos todos e encaramos isto de frente, em vez de ser uns contra os outros, muito objetivamente, para tentarmos uma resolução, ou então de costas voltadas, não resolvemos nada. Obrigada.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo contributo que nos trouxe. Nós esgotámos as inscrições dos cidadãos que quiseram partilhar connosco os seus pontos de vista.” -----

----- Eu perguntava se, ainda assim, e relativamente aos nossos convidados do 1º painel se gostariam de, muito brevemente, dizer alguma coisa ou se julgam que tudo ficou esclarecido e então passaríamos às intervenções dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não vejo sinalização de ninguém e, portanto, agradecendo, mais uma vez, a presença dos nossos convidados do 1º painel, passaria a palavra então aos representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal, pela ordem das inscrições que foi entregue na Mesa e então passaria a palavra à Senhora Deputada Joana Alegre, Deputada Independente, eleita pelo Partido Socialista, Cidadãos por Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa Noite, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

---- Para que Lisboa possa continuar a ser uma das cidades mais seguras da Europa, os Deputados Independentes do movimento Cidadãos por Lisboa, consideram do maior benefício uma abordagem minuciosa e pragmática da matéria em discussão, pela melhoria prática das condições de segurança e qualidade na vida noturna lisboeta. ----

----- Após uma curta pesquisa por 5 sítios de conselho ao viajante, evidencia-se o florescimento da pequena criminalidade associada à turistificação da cidade de Lisboa. -----

----- A crescente incidência de atividades associadas à pequena criminalidade, fazem com que Lisboa seja atualmente classificada como tendo um índice de segurança médio, segundo o Conselho Consultivo de Segurança Externa, do Gabinete de Segurança Diplomática do Departamento de Estado dos E.U.A. -----

----- Atividades associadas a pequenos crimes de oportunidade, como os carteiristas, os assaltos a carros ou assaltos em fuga como o roubo de malas, a venda de estupefacientes na rua em abordagem direta, e ainda esquemas fraudulentos de desfalque ao turista, surgem indicados como frequentes e mais recorrentes durante o período da noite na zona histórica da cidade, mais especificamente em zonas de pobre iluminação do espaço público, no acesso a caixas de multibanco e transportes públicos. -----

----- Outros fatores de insegurança transversalmente apontados são a probabilidade de incorreções no uso do taxímetro por parte dos taxistas, ou a escolha de percursos desnecessariamente mais longos, e ainda uma propensão à violência na postura assumida por seguranças de estabelecimentos de consumo e lazer noturno. -----

----- Conforme a maior afluência de turistas na cidade, há ainda a registar uma sazonalidade patente no aumento de ocorrências durante os meses de primavera/verão.

----- Pelas presentes constatações, os CPL sugerem como linha de prevenção: -----

----- 1. Que se efetue um levantamento das ocorrências registadas na polícia e se proceda ao mapeamento dos locais com maior ação criminosa propiciada pela má iluminação e que, em articulação, as Vereações do Espaço Público e do Urbanismo produzam um relatório cruzando as necessidades de melhor iluminação com o desenho urbano e tipologias de arquitetura do espaço público, de modo a que essa informação possa traduzir-se numa intervenção célere e eficaz nestas zonas, colmatando desde logo a questão da insegurança associada à má iluminação e desenho do espaço público. -----

----- Noutra linha de ação, importará: -----

----- 1. estreitar as medidas de escrutínio ao licenciamento de atividades identificadas como permeáveis a esquemas fraudulentos. -----

----- 2. Desejável seria também o reforço de policiamento de proximidade nas áreas assinaladas como mais problemáticas, conquanto se verifica uma crescente tendência para a ocorrência de situações de criminalidade violenta ou potencialmente violenta

como a que esteve na motivação primeira deste debate, como a infeliz ocorrência noticiada pelo jornal local “O Corvo”, dando conta de uma brutal agressão a um agente de autoridade no dia 1 de Outubro no miradouro de Santa Catarina, ou ainda mais recentemente o assassinado de um segurança da discoteca Barrio Latino. -----

----- Por fim, queremos reconhecer a importância da problemática que tem vindo a ser abordada sobre a questão da mulher no espaço público. Pese embora a vivência do espaço público durante a noite a todos diga respeito, infelizmente ser Mulher, é ainda um fator de insegurança acrescida. Obrigada.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Passava a palavra à Deputada Municipal Cláudia Madeira do Partido Ecologista, Os Verdes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhores membros da Mesa Senhores Deputados e caros convidados. - Na segunda sessão deste debate, centramos a discussão na questão do ruído e da qualidade de vida.-----

----- Nem sempre é fácil conciliar o direito ao descanso e ao bem-estar das populações e a dinamização das atividades noturnas em determinadas zonas da cidade, mas a noite de quem sai para se divertir não tem que ser inimiga da noite de quem precisa de descansar. -----

----- A verdade é que, muitas vezes, em locais de diversão noturna, o ruído vai para além do aceitável, há problemas com a falta de higiene e o consumo de álcool sem controlo. Há ainda outro problema associado ao ruído noturno que se prende com as cargas e descargas e com a recolha do lixo, cujos horários em zonas residenciais não deveriam ser os atuais 2 ou 3 horas da madrugada. -----

----- Neste momento há um Plano de Ação do Ruído e um Regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos noturnos que devem ser cumpridos, tendo presentes os legítimos direitos dos moradores, quanto ao seu sossego e comodidade. ---

----- Além disto, para Os Verdes é fundamental promover campanhas de sensibilização junto dos espaços de diversão noturna. A autarquia deve intervir no sentido de haver mudanças comportamentais, tanto das pessoas que saem à noite, como dos promotores e dos comerciantes, no que diz respeito ao ruído, como também aos resíduos e ao consumo de álcool, matérias essenciais para a promoção da qualidade de vida dos moradores e todos os frequentadores destes locais.-----

----- Sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos noturnos reforçamos que é preciso fazer um balanço e o conselho de acompanhamento deve reunir sempre que for necessário, produzindo relatórios dos quais deverá dar conhecimento à Câmara e à Assembleia Municipal, para que se tomem decisões de ajuste dos regulamentos em vigor. -----

----- Falando da segurança, do ruído e da qualidade de vida noturna a Câmara Municipal não pode ser apenas reativa. Exige-se uma atitude mais preventiva e atenta às novas dinâmicas que vão surgindo. -----

----- Por isso mesmo, reafirmarmos a necessidade de existir um plano estratégico para a vida noturna, centrado na saúde pública, na segurança, na mobilidade e no combate à exclusão social.-----

----- Por fim e concretamente sobre a segurança, e sendo o objetivo deste debate chegarmos a medidas concretas para melhorar a noite lisboeta, tal como Os Verdes têm frequentemente proposto, é fundamental reforçar o policiamento de proximidade e os meios e condições de trabalho das forças públicas de segurança. Só é, no mínimo, curioso que os partidos que promoveram o desinvestimento nas forças de segurança e que encerraram esquadras, se mostrem hoje tão preocupados com a segurança na cidade. Obrigada.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Municipal. Passava a palavra à Deputada Municipal Graciela Simões do Partido Comunista Português.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Senhores convidados e público em geral. -----

----- O ruído incómodo na comunidade é um problema de saúde pública e a sua dimensão é inversamente proporcional à qualidade de vida. Ruído, impeditivo do sono, é um fator de risco para a saúde que conduz a alterações fisiológicas e psicológicas. -----

----- Data de 1999 a 1ª reclamação sobre o ruído noturno incómodo, num dos bairros que, atualmente, tem a maior concentração de bares abertos para o exterior e as queixas dos moradores são muitas, assim como, as promessas de controlo da situação. Mudamos de governo mas a situação sobre os fatores de risco da vida noturna agravam-se e os moradores, destas zonas, vêm degradada a sua segurança e qualidade de vida. -----

----- A política de permissividade e a tolerância para com os infratores, tem contribuído em muito para a situação, pelo que é exigível a aplicação de medidas eficazes para a proteção dos moradores. Exige-se que a Câmara atue dentro das suas várias competências, assim como a Administração Central que tem as maiores responsabilidades ao nível da vigilância e segurança. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português nada tem contra os estabelecimentos noturnos que, legalmente, dão resposta à procura de diversão noturna, criam postos de trabalho e fazem crescer a economia. No entanto, muitos destes estabelecimentos não estão licenciados. Cabe à Câmara combater esta situação e fazer cumprir os procedimentos da legislação em vigor e as condições de aplicabilidade. -----

----- Existe legislação, falta é vontade ou força política, para a resolução dos problemas adjacentes, porque nem tudo se pode subverter ou sacrificar em prol do turismo nem dos industriais da noite. Há qui interesses contraditórios que são emergentes e que devem ser discutidos em conjunto. -----

----- Além disso, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português considera que não são câmaras de videovigilância que afastam os *deallers* nem os vendedores de

álcool e consumidores na rua, nem são impeditivas das lixeiras em que as ruas se transformam, situação cuja capacidade de resposta tem sido cada vez menor, desde que a Juntas de Freguesia ficaram com estas competências. Não são as câmaras de videovigilância que impedem a usurpação abusiva do espaço público e privado, a difusão da música gravada ou ao vivo, no interior ou exterior dos estabelecimentos, assim como aos comportamentos abusivos nem as manifestações ruidosas. Este tipo de medidas coloca antes em causa os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos. -----

----- É imperativo: -----

----- Que a Câmara exerça as suas competências, na medição dos decibéis debitados, dê procedimento à notificação dos proprietários, para reposição das medidas necessárias e caso contrário, em conjunto com as várias forças intervenientes, proceda ao encaminhamento para encerramento preventivo;-----

----- Que a Câmara acorde com o governo formas de colaboração entre forças policiais e se proceda ao aumento destes elementos de forma a possibilitar o reforço do patrulhamento, assim como, melhorar as suas condições de trabalho e se reverta a política que presidiu ao encerramento de esquadras de proximidade; -----

----- Que a Câmara retome a limpeza efetiva de toda a cidade e a lavagem das ruas; ----

----- Os moradores das zonas onde se desenrolam atividades da vida noturna tem direito a viver a cidade com qualidade de vida e bem-estar. Obrigada.-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Municipal. Passava a palavra ao Deputado Municipal Mário Freitas do Movimento Partido da Terra. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Moderador deste debate, Oradores e Entidades Convidadas, e em particular destaque ao Prof Carlos Silva Santos, Caros Colegas, Público Presente, Órgãos de Comunicação Social. -----

----- A crescente intensificação do turismo no centro da cidade e a consolidação de Lisboa como destino europeu confirmado pela atribuição recente do prémio ‘Melhor destino para *City Break*’ e que saudamos, levou á uma rápida expansão e mercantilização da vida noturna nos bairros históricos do centro de Lisboa. -----

----- A expansão da vida noturna lisboeta, contribuiu para o deteriorar diário das condições ambientais relativas à habitabilidade dos bairros históricos do centro da cidade, onde as atividades de lazer noturno são uma constante. Este é um facto, sem qualquer juízo, sendo uma queixa recorrente de quem habita estes bairros. -----

----- O ruído é um problema evidenciado com destaque, pelos cidadãos, associado à diversão noturna em zonas residenciais. Quando se fala em ruído, há que ter em atenção especial o ruído que é produzido pelas várias dezenas de pessoas que circulam nos espaços circundantes aos locais de diversão noturna, muitas vezes fazendo da rua um local de convívio e de consumo de bebidas alcoólicas, situação essa que se prolonga até altas horas da madrugada.-----

----- Esse é o ruído que não é regulamentável: sabemos que a revisão do Regulamento dos horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no concelho de Lisboa veio minorar a incomodidade sentida pela população relativamente ao ruído provocado pelo funcionamento dos estabelecimentos, devido a música, com volume elevado, audível da via pública, bem como nas habitações circundantes aos mesmos. Foi um passo, importante, dado no sentido certo. -----

----- Mas também sabemos que, hoje os moradores continuam sem conseguir descansar devido ao ruído provocado pelo elevado número de pessoas que continuam nas ruas após o fecho das atividades comerciais, bem sabemos também associado á falta de civismo de alguns. -----

----- O Partido da Terra gostaria ainda de destacar, que a par do ruído está o amontado de resíduos provenientes do consumo de substâncias de abuso, mais uma vez encabeçadas pelas bebidas alcoólicas. -----

----- Hoje, amanhecer em locais como a Bica ou o Bairro Alto, é sinónimo de noites passadas em claro, voluntariamente por quem se diverte, mas involuntariamente por muitos outros cidadãos residentes, é sinónimo de lixo misturado com urina e cerveja derramada na via pública, é sinónimo de resíduos de consumos vários. -----

----- O Partido da Terra não esquece também todos aqueles que trabalham por turnos, para quem a noite é o dia, no sentido em que o seu período normal de descanso são as horas em que a cidade pulsa de energia e de trabalho. -----

----- São trabalhadores de várias indústrias e serviços indispensáveis à sociedade, para estes uma atenção especial, quiçá a carecer de medidas especiais. -----

----- Sabemos que, o ruído faz vítimas, foi aqui bem documentado o quanto é nocivo para a saúde. O ruído no local de trabalho, o ruído que entra pelas nossas casas.-----

----- Preocupa-nos a qualidade de vida e a Saúde dos cidadãos. -----

----- Que deste debate, em boa hora realizado, surjam ideias para protegemos os cidadãos, a sua saúde e sobretudo a qualidade de vida. -----

----- Concluimos pois, mais uma vez que estamos perante uma situação em que a limpeza, a fiscalização pelas entidades competentes e o policiamento preventivo carecem de reforço, em defesa dos cidadãos desta nossa lisboa. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Passava a palavra ao Senhor Deputado Paulo Muacho Deputado Municipal Independente. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite, serei sucinto face ao tempo.-----

----- Se queremos que Lisboa seja uma cidade acolhedora para residentes, trabalhadores, visitantes e turistas, a qualidade de vida e em especial a qualidade da vida noturna e as questões do ruído são essenciais.-----

----- Uma cidade com uma vida noturna vibrante é um claro sinal de cosmopolitismo e de dinamismo cultural e económico. Este dinamismo só é sustentável se os efeitos da vida noturna não prejudicarem eles próprios a qualidade de vida da cidade. -----

----- Por exemplo, esta Assembleia aprovou por nossa proposta uma recomendação para que se encontre forma de eliminar a utilização de copos plástico descartáveis utilizados em estabelecimentos de diversão noturna e abandonados na rua. -----

----- No que diz respeito ao ruído é fundamental o reforço da fiscalização tanto relativamente à produção do ruído como nos horários de funcionamento dos estabelecimentos. -----

----- É necessário também não esquecer que Lisboa tem ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito à melhoria do isolamento térmico e acústico das habitações e, portanto, consideramos que a cidade deve ser um espaço de liberdade, de liberdade para ser usufruído e para ser vivida, para ser visitada e também para garantir a qualidade de vida dos lisboetas. Obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Passava a palavra à Senhora Deputada Municipal Carla Madeira do Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Representantes de Entidades, Estimado Público e Comunicação Social. -----

----- O PS saúda a Assembleia pela realização deste debate, tão importante para a cidade de Lisboa. E saúda, a preocupação que a Assembleia e a Câmara têm demonstrado, para com a melhoria da qualidade de vida da sua população. -----

----- A Segurança, em particular a Segurança na noite, deve ser preocupação constante numa cidade que está em crescimento contínuo, e onde o turismo é cada vez mais um ícone. Lisboa tem sido considerada uma cidade segura por parte de quem nela reside, e por parte de quem a visita. E é assim que queremos que continue. Daí que os recentes episódios de insegurança ocorridos, devem merecer uma análise coletiva, de modo a que não se repitam, e não caracterizem a noite de Lisboa. -----

----- E o aumento da Segurança, tem forçosamente que envolver um conjunto de atores públicos e privados, e a própria população, que deve ser um parceiro ativo na busca de soluções. -----

----- A par do reforço do policiamento de proximidade devem ser implementadas outras medidas. -----

----- A instalação de Câmaras de videovigilância, existentes no Bairro Alto desde 2014, deve ser alargada a todas as áreas com frequência noturna, em particular ao Cais do Sodré, Bica, Santa Catarina, Santos, 24 de julho, Intendente, entre outras. Não sendo uma solução milagrosa, é um fator de dissuasão da criminalidade, e dos comportamentos ilícitos, aumentando o sentimento de segurança dos residentes e dos turistas. -----

----- E o tráfico de droga, é algo que tem crescido a olhos vistos, pelo menos no centro histórico da cidade. Zonas de comércio noturno, nomeadamente o que permite

grandes aglomerados de pessoas na rua à noite, são zonas de grande consumo de álcool e de tráfico de substâncias ilícitas, propiciando comportamentos violentos. Daí ser importante diminuir cada vez mais as condições que propiciem a aglomeração de pessoas na rua à noite.-----

----- O Novo Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos, foi um marco muito importante na melhoria da qualidade de vida da população. Tem implicado uma mudança de comportamentos, por parte de muitos comerciantes, que têm vindo a adaptar-se à nova realidade. -----

----- Uma das medidas positivas do regulamento é o encerramento das lojas de conveniência às 22h, deixando de ser um foco de venda de bebidas para a rua à noite. Outra medida importante, é que os estabelecimentos que emitem música depois das 23h, tenham que funcionar de portas fechadas e com limitador de música. Muitos estabelecimentos estão a cumprir, outros ainda não, mas estarão num futuro próximo certamente. -----

----- Contudo, muitos estabelecimentos de dimensão reduzida, continuam a utilizar o espaço público como extensão do seu negócio. Funcionam de portas abertas, incomodando os moradores com o ruído, e os seus clientes sujam e vandalizam o espaço público. -----

----- Um dos exemplos mais graves, é o verificado na Rua da Bica Duarte Belo, assinalada como a rua mais bela do mundo. Considerada, desde sempre, como uma rua agradável, bonita e pacata, tornou-se num foco de insegurança e insalubridade. Toda aquela área, incluindo o Calhariz, o Miradouro de Santa Catarina, Rua Marechal de Saldanha e ruas adjacentes, transformou-se num local não recomendável, face à insegurança, ao tráfico de droga, ao ruído, e ao lixo, que agora prevalece, à beleza e tranquilidade de outros tempos. A população que ali reside, está legitimamente revoltada, e sente-se abandonada. -----

----- O negócio dos estabelecimentos tem que estar adaptado à sua dimensão, e não podemos continuar a tolerar que usem abusivamente o espaço público. Por isso, a solução para o problema tem que passar por recuperar o controlo do espaço público.---

----- O licenciamento da venda ambulante, competência das Juntas de Freguesia é também uma importante forma de controlo da venda e consumo de álcool à noite. Na Junta de Freguesia da Misericórdia, por exemplo, não licenciamos venda ambulante de bebidas, pois entendemos que é importante diminuir as condições que favorecem a concentração de pessoas na via pública. Devemos, por isso, intensificar a fiscalização à venda ilegal existente. -----

----- Para complementar a resolução do problema, há que criar legislação nacional, que proíba o consumo de álcool na via pública, à noite, em determinadas zonas da cidade. -----

----- Há que revogar também, o licenciamento zero para a restauração. Devem ser as autarquias a licenciar os estabelecimentos de restauração, pois esse é um importante mecanismo de controlo do espaço público. -----

----- Temos todos um desafio muito aliciante, que é tornar a nossa Cidade, num dos locais mais emblemáticos da cultura e do turismo do mundo, melhorando em simultâneo, a qualidade de vida de quem cá reside.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Municipal. Passava a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton do Partido Social Democrata. Muito obrigado.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Deputados, membros do público, membros das Associações e Instituições aqui presentes. -----

----- Começaria por dizer que a liberdade de cada um de nós termina quando começa a liberdade do próximo. Esta evidência é, de uma forma muito pragmática, uma das visões que não é desenvolvida por cada um de nós e, muitas vezes e, sobretudo, muitos daqueles que vemos no espaço público e que têm comportamentos que, para além da condição de envolver álcool, inevitavelmente se traduz no importunar daquilo que é a qualidade de vida da comunidade envolvente e, muitas vezes, de apenas transeuntes. -----

----- Se há algo de significativo que retiramos da anterior sessão e desta sessão é que não há apenas um único problema que vá ser resolvido com apenas uma única solução. Há inevitavelmente, uma conjugação de fatores que continuam a concorrer não só para os problemas que se têm vindo a levantar no âmbito de Segurança Pública, mas inevitavelmente para aqueles que também têm vindo a levantar no âmbito da incomodidade que sentimos seja através do ruído, seja através da perturbação da própria ordem pública. -----

----- Que desafios é que podemos desenvolver e enfrentar para conseguir diminuir o impacto negativo que essas situações têm vindo a levantar? Há questões que eu diria que são naturalmente transversais. Tem-se feito um apelo significativo à mobilização da Segurança Pública e das forças de segurança nessa matéria, mas não podemos esquecer que ganhou a Câmara Municipal de Lisboa, nos últimos anos, 600 novos agentes para a ação de fiscalização, que é da competência da Polícia Municipal e perdeu a Polícia de Segurança Pública esses 600 agentes para ação de policiamento de proximidade e assegurar o funcionamento das esquadras e o alargamento da capacidade dos efetivos nos horários diurno e noturno.-----

----- Estas matérias são inevitavelmente matérias sobre as quais temos que nos debruçar, não podemos querer ter sol na eira e chuva no nabal e, portanto, há aqui uma reflexão que temos que fazer sobre a complementaridade destas 2 entidades e de que forma é que o município pode e deve ser um momento charneira no desenvolvimento das políticas de segurança e na intervenção no seu próprio território.-

----- E esta é também uma política e um problema de descentralização e, por isso, eu diria que somando isso à evidência que já também constatámos que parte substancial dos problemas que hoje enfrentamos no espaço público têm invariavelmente a ver com problemas de ordenamento do Território e têm invariavelmente a ver com a forma como nós disciplinamos a ocupação desse próprio espaço público, é inevitável

que a reflexão que nos temos que propor e as soluções que daí resultem, constituam elas próprias, não só propostas concretas para intervenção no espaço público, mas também no âmbito da própria regulamentação e legislação que daí deverá vir.-----

----- Para terminar quero partilhar convosco uma última reflexão. Parte significativa que tem sido, o esforço significativo também ele por parte do Município que, aliás, foi aqui já também apresentado pelo Senhor Vice-Presidente, teve a ver com a necessidade de reforçar, dentro daquelas que são as competências da própria Câmara Municipal, e também das próprias Juntas de Freguesia, a dimensão de controlo e de fiscalização dos estabelecimentos, porque, numa 1ª fase tinham sido eles identificados como os grandes responsáveis e agora pelas questões relacionadas pelo ruído, mas há inevitavelmente, uma 2ª fase, que tem a ver com a própria a forma como o ruído se propaga no espaço público e a forma como nós temos maiores, ou menores, capacidades e competências e ferramentas para conter essa mesma propagação do ruído.-----

----- E para terminar, Senhor Presidente que, inevitavelmente, as 2 reflexões, os 2 grandes vetores de orientação antes de estarmos a culpabilizar estabelecimentos A, B ou C, antes de estarmos a culpabilizar os jovens, os estudantes, os mais velhos, há matérias que me parecem ser transversais do ponto de vista do nosso envolvimento cívico e comunitário, que temos que reforçar e ser capazes de reforçar na formação das nossas gerações. Mas depois há matérias de âmbito mais regulamentar e outras mais estratégico, por um lado, a questão do policiamento, do lado estratégico, por outro lado, a capacitação das comunidades, sejam elas municipais, sejam elas de freguesia e fiscalizar a ocupação indevida ou a ocupação perturbadora da qualidade de vida no âmbito do espaço público. -----

----- Não tenho a menor dúvida que será aqui que nos iremos centrar no âmbito das grandes reflexões porque, volto a frisar, muito importante, a liberdade de cada um de nós termina quando começa a liberdade no próximo. Muito obrigado.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Passo a palavra ao Senhor Deputado Municipal Diogo Moura do CDS-Partido Popular. Muito obrigado. ”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Moderador, caros Deputados, caro público. -----

----- Em 1º lugar, agradecer a participação de vários oradores, vários municípios que aqui estarão presentes, várias entidades e, obviamente, saudar a Assembleia Municipal por esta iniciativa.-----

----- Dizer também que a qualidade de vida noturna foi matéria profícua no último mandato, discussão com inúmeros casos uns repetentes, outros novos aqui apresentados hoje, que foram chegando esta assembleia que a pela audição dos munícipes, quer através de várias petições. A diversão/animação noturna constitui já uma área vital para a economia da cidade que não se pode negligenciar e, muito menos, perder.-----

----- Porém falta o salutar equilíbrio entre o que é aceitável e aquilo que a realidade traz e impõe na vida de demasiados lisboetas.-----

----- Logo à cabeça, temos o ruído matéria de difícil resolução pois colocam-se em campos distintos 2 direitos constitucionais: o direito de reunião e o direito ao descanso a que acrescentaria, também, o direito à saúde. -----

----- Se há zonas da cidade onde moradores e frequentadores da noite convivem voluntariamente há décadas, outras foram recentemente criadas, como novo ponto de confluência da noite lisboeta, quando, simultaneamente, apelava-se a que o casco histórico fosse povoado e é o caso do Cais Sodré.-----

----- Incongruências que facilmente se percebia que não iam dar certo e o resultado está à vista, como já se conhecem, e que vão desde o incumprimento dos níveis de ruído definidos por lei, até às horas perdidas de sono e as consequências óbvias que eles têm na saúde pública, entre muitas outras.-----

----- Também não me parece ser justo atribuímos culpas em termos de generalistas aos comerciantes e aos empresários, este é um problema que vem, à partida, daquilo que é a concentração de pessoas no espaço público, e dessa gestão do espaço pelas diversas entidades e também desta gestão do espaço urbano, obviamente, que é uma matéria difícil de legislar e que passa, também, pelas regras básicas de civismo e comportamentais. -----

----- Acrescem ainda os casos de pequenos delitos, de tráfico de droga e de salubridade junto às habitações e que violência, sendo graves, o debate de hoje por manifesta falta de tempo não permite retirar conclusões e, obviamente, não falar aqui de outros tipos de ruído, não nesta zona da cidade, mas, noutros como o ruído rodoviário, ferroviário e, também, aéreo. -----

----- As principais preocupações como já foi referido na última sessão e além das que estão em foco na sessão de hoje, centram-se na segurança das centenas milhares de pessoas que frequentam a noite lisboeta, em zonas de pequena dimensão, com destaque para circuito do Bairro Alto, Bica, Cais do Sodré e Santos e esta, infelizmente, é uma realidade pouco abordada na perspetiva da segurança.-----

----- Existem questões para as quais julgamos não haver resposta ou pelo menos uma resposta satisfatória, nomeadamente, estamos preparados, em caso de catástrofe, para garantir a segurança destas pessoas. São conhecidas medidas preventivas, em particular, para os residentes da zona já de si fragilizados pelo risco sísmico e a vulnerabilidade do edificado?-----

----- Foi falado aqui sobre o policiamento por parte da Associação Académica, obviamente, temos de ter polícia de ação, de intervenção, mas temos de ter também, como aqui foi dito, polícia para sensibilização e prevenção. -----

----- É também, ao mesmo tempo, em simultâneo, fundamental que o Parlamento reveja a legislação sobre ruído, sobre o consumo de álcool na via pública, sobre a moldura penal sobre o pretense tráfico de droga, é uma realidade que temos em Lisboa e muito pouco abordada e, também, sobre a legislação relativa ao licenciamento zero. -----

----- Urge que se encontrem consensos. É na conjugada opinião dos esforços dos residentes e comerciantes, instituições, forças de segurança e proteção civil que residem as melhores soluções que permitam a qualidade de vida para todos que, aliás, disponibilidades essas que já foram aqui referidas hoje e onde a Câmara deve ter um papel agregador. Da parte do CDS aqui estaremos sempre com uma postura e uma voz ativa e construtiva. Muito obrigado.”-----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. Passo a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui Costa do Bloco de esquerda. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, público presente. -----

----- O Bloco, naturalmente saúda a realização deste debate, mas não podemos deixar de ficar perplexos no final. O que mais se ouviu aqui foi proibição, foi policiamento, foi a repressão, foi videovigilância, como se todos tivéssemos ficado de repente acometidos por uma qualquer tentação securitária e viéssemos para aqui diabolizar as pessoas que saem à noite para se divertir e para fruir a noite, os donos de estabelecimentos e já agora colar a todas essas pessoas o rótulo de violência ou de consumo excessivo de álcool ou de consumo de substâncias ilícitas.-----

----- E isso, Senhoras e Senhores Deputados, não pode suceder, nem pode ser a imagem que passe da realização deste debate. Eu percebo perfeitamente, e o Bloco de Esquerda percebe, das incomodidade e do sofrimento e das ameaças à saúde que são causadas por muitas destas situações excessivas, mas entendemos que é momento de propor soluções que não descaracterizem da cidade, que não criem zonas de exclusivo na cidade para sair à noite, curiosamente, a mesma zona que está de horário liberalizado e onde ocorreram, infelizmente, 2 mortes nas últimas semanas.-----

----- O problema do ruído tem de ser tratado de forma integrada, lamento até de certa forma que esteja a ser tratado em associação com as questões de segurança, e eu queria lembrar que esta Assembleia Municipal aprovou, em 2015, um plano de ação do ruído. Plano esse que se ateve apenas às grandes infraestruturas públicas e às grandes redes viárias. Nada foi pensado em matéria de regulamento geral do ruído que não deixa de ser aplicável, nada foi pensado em termos de proteção do edificado no casco histórico em relação ao ruído, de medidas adequadas ao licenciamento e o funcionamento de estabelecimentos, tal como previsto no artigo 11º do regulamento geral do ruído. O que se veio a fazer foi, passado uns meses, aprovar, já em 2016, uma alteração ao regulamento de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em Lisboa que visava, como se via, aliás, pelos considerandos, pura e simplesmente, atingir os estabelecimentos de diversão noturna e, já agora, concentrá-los numa zona que é a zona portuária. Já agora, uma zona onde é muito fácil que seceda, por via desta concentração e dos preços no terreno, haver operadores e *players* económicos que têm um outro tipo de força para influenciar decisões e, porventura, para escapar até a algumas decisões.-----

----- Finalizando, entendemos que é imperioso sim, em nome da qualidade de vida dos lisboetas, dos que residem e daqueles que querem desfrutar da cidade no seu todo, e não num canto junto à zona portuária, termos um verdadeiro plano de prevenção do ruído, e que ele se reflita na reabilitação, no casco histórico, na utilização de materiais que permitam um melhor isolamento e no melhor apetrechamento e adequação dos estabelecimentos noturnos. Já o que se passa na rua, não é, de facto, a responsabilidade dos comerciantes, mas essa é outra conversa e não será seguramente com cargas a cavalo, ou com polícia de intervenção, que a resolveremos. Disse.” -----

----- O Moderador, António Prôa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Com esta intervenção, estamos a chegar ao fim esta 2ª sessão deste Debate Temático sobre segurança e qualidade de vida noturna na cidade. -----

----- Eu iria pedir aos Senhores Deputados Municipais que têm intervenções escritas que possam facultar porque facilita os trabalhos das minhas colegas relatoras e são, aliás, estes documentos úteis para o futuro, sobre estes trabalhos que desenvolvemos aqui.---

----- Quero agradecer aos nossos convidados, agradecer a todos os presentes, agradecer às minhas colegas de Mesa nesta última fase, as minhas colegas Deputadas Municipais e dizer que todas as intervenções, os documentos e o resumo estarão disponíveis nos meios de divulgação normalmente utilizados pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Muito obrigado a todos e muito boa noite.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quinze minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----